



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

## **Relatório de Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional**

### **O Impacto da Globalização e da Economia Internacional na Segurança e Defesa dos Estados**

**Elsa Morais de Almeida**

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em  
**Relações Internacionais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Liliana Reis Ferreira  
Co-orientador: Prof. Doutor Paulo António Duarte

**Covilhã, outubro de 2018**



# Agradecimentos

*I was on the whole discouraged by my school days. It is not pleasant to feel oneself so completely out classed and left behind at the beginning of the race.*

(Winston Churchill)

A caminhada até aqui foi árdua, e não poderia deixar de agradecer aos seus maiores propulsores, sem os quais não teria conseguido, a eles estarei eternamente grata.

Aos meus mentores, à Professora de Português, Ana Paula Oliveira, ao Professor de História, Paulo Coutinho ao Professor Rogério Pereira, ao Professor António Amaral, ao Professor Luís Madeira, por sentir que acreditavam em mim e nas minhas capacidades, pelo saber transmitido, pela partilha de visões e de críticas, e em particular, um especial agradecimento à Professora Liliana Reis, por tudo isso, pela sua orientação, pelo seu apoio incondicional e disponibilidade, por ser o exemplo de Professora que é. Sem eles. Sem ela, não teria chegado até aqui.

Ao Guilherme, pelo seu companheirismo, por me ajudar e apoiar quando ninguém mais estava.

À Joana, pela sua paciência, por todas as palavras de incentivo, pela sua amizade.

At last but not least, tendo consciência que o ensino público, em Portugal tem que ser co-financiado, agradeço ao meu pai pelo apoio financeiro, mas sobretudo pelo seu “colo” em todos os momentos da minha vida.

Bem-Hajam.



## Resumo

A globalização encontra-se como o motor gerador de mudanças de magnitude progressiva das atividades sociais, políticas e económicas além-fronteiras, trazendo rápidas alterações na sociedade moderna, fazendo com que acontecimentos e decisões numa região do planeta possam afetar, significativamente, os indivíduos de regiões distintas do globo. A intensificação das relações de interdependência, a que estão sujeitos os Estados, gera uma instabilidade no seio das suas economias, provocando incertezas quanto à sua defesa e segurança nacional. Desta forma, a segurança económica dos Estados torna-se um problema central da defesa nacional.

Neste sentido, o presente relatório procurará através de uma análise conceptual perceber em que medida a Globalização e o Sistema Económico Internacional vigente, afetam a Soberania e Segurança Económica dos Estados e por sua vez, a sua própria Segurança e Defesa Nacional. Partindo de perspetivas políticas antagónicas que marcaram o desenvolvimento das grandes teorias da globalização, servindo de fundamentação teórica para responder ao surgimento dos regionalismos, como resposta a uma crescente interdependência económica. Procurando, ainda entender, qual o papel de Portugal nesta nova rede de governança. Por fim, através de pesquisa documental, perceber de que forma o IDN tem contribuído, através da investigação realizada para a Segurança e Defesa Nacional.

No decorrer da investigação evidenciou-se a escassa investigação nacional em relação à Segurança Económica Nacional como problema central da sua Defesa e Segurança, convertendo-se numa necessidade de investigação para a construção de uma estratégia global adaptada aos novos desafios da dinâmica mundial de difusão do poder.

O presente relatório é resultado de um estágio curricular de seis meses no IDN, que serviu de plataforma científica para a reflexão e aprofundamento académico quanto aos temas de segurança e defesa internacional, tendo como fim a conclusão do Mestrado em Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Globalização, Segurança e Defesa Económica Nacional, Interdependência, Soberania, IDN



# Abstract

Globalization is the generator engine of changes with progressive magnitude in the social, political and economic activities, making that events and decisions in a part of the globe have a direct impact in individuals in a completely different part of the world. The intensification of the interdependency relationship, that all Independent State is subjugated, creates an instability in their relationship's core, bringing some uncertainties to the national defense and security. In this way, the States' economic security become a central problem in the national security.

Therefore, the present report will look for understanding through a conceptual analysis in what extent the Globalization and the current International Economic System affects the Sovereign and States' Economic Security, and in its turn, their own National Security and Defense. Starting from antagonistic political perspectives that marked the development of the biggest globalization's theories, serving as theoretical basis to explain the nationalisms' emergence as a break point in the increasing of economic interdependence. Seeking to understand what the Portugal's role in this new governance's network is. For last but not least, look for in which way NDI contributes through the investigation for the National Security and Defense.

Throughout the investigation it was emphasized the lack of national investigation in what concerns to National Economic Security as a core problem of Security and Defense. Consequently, there is a need for investigation to build a global strategy that is adapted to the new global challenges of power's dissemination.

The present report is result of a curricular internship of six months in NDI, which served as a scientific platform to reflection and further academic development in what concerns to International Security and Defense, having as an ultimate goal the Master's in International Relations' conclusion.

**Keywords:** Globalization, National Economic Security and Defense, Interdependence, Sovereign, NDI (National Defense Institute)

# Índice

LISTA DE ACRÓNIMOS .....	IX
LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS .....	XIII
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I - AS GRANDES TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO E A ECONOMIA COMO PROBLEMA CENTRAL DA DEFESA NACIONAL .....	18
1.1 GLOBALIZAÇÃO E A RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA ECONÓMICO E O ESTADO .....	18
1.2 O DEBATE IDEOLÓGICO: GLOBALIZAÇÃO À LUZ DA TEORIA SISTEMA-MUNDO E DO NEOLIBERALISMO .....	22
1.3 RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÓMICAS NO SISTEMA INTERNACIONAL: A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÓNICA.....	26
CAPÍTULO II: O SURGIMENTO DOS REGIONALISMOS COMO RESPOSTA A UMA CRESCENTE INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA E O PAPEL DE PORTUGAL NESTA NOVA REDE DE GOVERNANÇA .....	30
2.1 - INTEGRAÇÃO ECONÓMICA EUROPEIA.....	30
2.2. INTEGRAÇÃO REGIONAL SOB A ÓTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÓNICA .....	33
2.3 - PORTUGAL NA UE- CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL.....	36
CAPÍTULO III - ESTÁGIO CURRICULAR NO IDN .....	39
3.1 O PAPEL DO IDN NA INVESTIGAÇÃO .....	39
3.2. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL .....	41
3.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR.....	46
3.3.1. <i>Eixo Estratégico de Sensibilização</i> .....	50
3.3.2. <i>Eixo estratégico da Investigação</i> .....	51
3.3.3. <i>Eixo de objetivos de Formação</i> .....	53
3.3.2. <i>Atividades Suplementares</i> .....	57
3.4. BALANÇO DOS TRABALHOS .....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
BIBLIOGRAFIA .....	66
ANEXOS.....	71

# Lista de Acrónimos

<b>AFSDP</b>	Ação de Formação para a Segurança a Defesa e a Paz
<b>CCS</b>	Curso de Cidadania e Segurança
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CGCC</b>	Curso de Gestão Civil de Crises
<b>IAEDN</b>	Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional
<b>IDN</b>	Instituto da Defesa Nacional
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>CMG</b>	Capitão de Mar e Guerra
<b>FCSH-UBI</b>	Faculdade de Ciências Sociais de Humana da Universidade da Beira Interior
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>NATO</b>	North Atlantic Treaty Organization
<b>NE</b>	Núcleo de Edições
<b>NGD</b>	Núcleo de Gestão Documental
<b>NGRF</b>	Núcleo de Gestão de Recursos Financeiros
<b>NGRH</b>	Núcleo de Gestão Recursos Humanos
<b>NGRML</b>	Núcleo de Gestão de Recursos Materiais e Logísticos
<b>NIFOR</b>	Núcleo de Informática
<b>NP</b>	Núcleo de Planeamento
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>OPEP</b>	Organização dos Países Produtores de Petróleo
<b>RESDP</b>	Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz
<b>RGEPESDE</b>	Reunião de Grupo de Estudos sobre a Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia
<b>SEREP</b>	Núcleo de Segurança e Relações Públicas
<b>UBI</b>	Universidade da Beira Interior
<b>UE</b>	União Europeia



# Lista de Tabelas

TABELA 1 - QUADRO DESCRITIVO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO .....	49
--------------------------------------------------------------	----



# Lista de Figuras

<b>FIGURA 1 - TEORIA DO SISTEMA MUNDO DE WALLERSTEIN.....</b>	<b>25</b>
<b>FIGURA 2 - ORGANOGRAMA IDN.....</b>	<b>44</b>
<b>FIGURA 3 - MISSÃO VISÃO E VALORES NORTEADORES DO IDN.....</b>	<b>45</b>



# Introdução

O presente relatório de estágio apresenta uma descrição das atividades elaboradas durante o período de estágio realizado no Instituto da Defesa Nacional (IDN). O estágio decorreu no seguimento de um protocolo de estágio entre a Direção de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior (UBI) e o IDN. A elaboração do presente relatório de estágio ocorre como um dos objetivos de avaliação para a obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais, no âmbito do segundo ano do Mestrado em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior (FCSH-UBI).

A escolha de realizar um estágio curricular foi motivada pela possibilidade de conciliar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico com atividades práticas, inserida numa instituição governamental ligada à esfera da direção estratégica política portuguesa. Permitindo o desenvolvimento de competências técnico-pedagógicas, essenciais no âmbito da área de formação, de criação de um vasto *networking*, refletindo-se numa mais-valia para a construção de projetos futuros, apresenta-se com sendo os principais propósitos delimitados inicialmente.

Por sua vez, a eleição do local do estágio no Instituto da Defesa Nacional foi motivada por este se constituir como sendo um dos principais centros nacionais de pensamento estratégico para questões de segurança e defesa nacional, apresentando um enorme interesse para a estagiária, possibilitado através da relação protocolar entre a Universidade da Beira Interior e IDN.

As atividades previstas pelo Instituto centram-se, sobretudo, no apoio à coordenação dos diversos eventos promovidos pelo Instituto e na realização de investigação relevante, que possa servir de base à definição de estratégias na instituição. A estagiária, direcionou a sua investigação na relação entre os conceitos de globalização, economia e defesa nacional, procurando entender a globalização como potencial ameaça à segurança económica dos Estados e, conseqüentemente, à soberania nacional. Esta análise foi desenvolvida através das atividades no Instituto da Defesa Nacional ao longo do período de estágio e culminou na publicação de um *paper* conjunto, na edição nº25 do IDN Cadernos. Este trabalho permitiu à investigadora desenvolver uma grande capacidade crítica quanto às componentes técnico-teóricas da defesa e segurança, sob a ótica da globalização económica. Desta forma, o objeto de estudo, recairá, numa primeira fase, na análise

teórica da influência que o processo de globalização exerce no âmbito da segurança económica dos Estados.

Ainda a Segunda Guerra Mundial não conhecia seu término, já se iniciava, em New Hampshire, a discussão sobre uma nova ordem político-económica liberal no Sistema Internacional, tida como necessária pelas potências ocidentais, com vista a fazer fase aos fenómenos protecionistas de mercado, que culminou com o célebre Acordo de Bretton Woods. Com este acordo, estabelece-se uma nova ordem económico-financeira mundial, caracterizada por uma forte interdependência entre os Estados, que visava potencializar as hipóteses da paz entre as nações, garantir uma estabilidade económica e alcançar o livre comércio. Desta forma, emergem dentro deste novo sistema internacional, atores livres de soberania, discutindo a par, e, com os mesmos poderes de negociação dos Estados Soberanos, sobre questões até então negociadas sobre o prisma que o Tratado de Vestefália introduziu, baseada num equilíbrio de poder entre Estados Soberanos onde imperada a reciprocidade e pactos regulatórios numa lógica “Razão do Estado”<sup>1</sup>.

No plano teórico, o presente relatório procura, numa primeira fase, explorar as duas visões antagónicas que marcaram o desenvolvimento das grandes teorias da globalização e, numa segunda fase, analisar as respostas teóricas a estas visões antagónicas. No plano prático, procura descrever e avaliar o conjunto atividades realizadas no Instituto da Defesa Nacional, sob a lente da investigação teórica desenvolvida. Assim, o presente relatório apresenta-se organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo - *As grandes teorias da globalização e a economia como problema central da Defesa Nacional*, propõe uma análise comparativa argumentativa de duas teorias antagónicas, a Teoria da Estabilidade Hegemónica e a Teoria da Dependência, com perspetivas mais *state-centred* da economia internacional. Enquanto a primeira pressupõe que a estabilidade dentro do Sistema Internacional é alcançada através de uma potência hegemónica que assuma uma posição de liderança, a segunda faz uma leitura do processo de subdesenvolvimento dos Estados periféricos em relação aos Estados centrais,

---

<sup>1</sup> O conceito de razão de Estado parte do pressuposto político da impossibilidade de organização humana sem uma firma égide centralizadora; sem o pulso de um Estado forte, seria inevitável o eterno retorno à anarquia generalizada. Dessa forma, a necessidade de manutenção do bem da estrutura estatal, inclusive com o controle absoluto dos monopólios estatais (força física, impostos e leis), justificaria a repressão de interesses particulares e demais medidas adotadas em prol dos interesses do Estado. A razão de Estado lida, em suma, com as ações tomadas em vista do melhor para o Estado, e também com as justificativas para essas ações. (cit. Gonçalves, 2010:9)

criando assim, uma relação de dependência. De modo geral, a análise debruça-se nas teorias sociológicas do processo de globalização que nos servem para explicar as inter-relações existentes entre o sistema económico internacional e o Estado. Por sua vez, coloca-se no foco da análise o principal debate ideológico entre as principais perspetivas neoliberais de Gilpin e a teoria Sistema-Mundo de Wallerstein. O processo de globalização acarreta consigo uma preocupação com a segurança económica dos Estados, que está no centro deste debate ideológico.

Num segundo momento, com o *Capítulo II - Globalização e Integração Regional: - Resposta contra-Hegemónica: - surgimento dos Regionalismos*, irão se encontrar as respostas contra-hegemónicas à tendência de liberalização da economia, sob a ótica da Teoria da Estabilidade Hegemónica e da Teoria da Dependência na qual os Estados soberanos, de modo a verem protegidas as suas economias, juntam-se em blocos económicos regionais. A partir deste ponto cria-se uma relação entre economia e defesa, na qual os Estados soberanos só podem ver suas Defesas Nacionais protegidas associado a um poder forte poder económico. No prosseguimento desta lógica, pretende-se abordar qual o papel de Portugal, inserido dentro de um bloco económico, que foi aperfeiçoado até chegar ao que conhecemos hoje como União Europeia, no pensar estratégico da Defesa Nacional, que descrito no Conceito Estratégico da Defesa Nacional.

Por fim, o *Capítulo III - Estágio Curricular no IDN* - serão analisadas as investigações publicadas pelo Instituto da Defesa Nacional, abordando principalmente as publicações *Atenas, Nação & Defesa*, *IDN Cadernos* e *IDN Briefing*, no que confere a importância da Segurança e Defesa Económica Nacional de Portugal. No que confere ao instituto, pretende-se a caracterização da estrutura e orgânica que compõe o Instituto da Defesa Nacional. Propõe-se, ainda, a descrição das atividades desenvolvidas durante o período de estágio, sendo feita a avaliação das mesmas por meio de uma reflexão crítica. Por fim, será feito o balanço geral de todo o período de estágio, culminando entre as expectativas e os resultados obtidos, sem deixar de referir todos os pontos que devem ser melhorados a fim de ser cumprida a missão delegada ao IDN.

# Capítulo I - As grandes teorias da globalização e a economia como problema central da Defesa Nacional

## 1.1 Globalização e a relação entre o sistema económico e o Estado

O enquadramento teórico apresenta uma reflexão acerca das diferentes premissas e discursos do prisma económico da globalização e da ameaça à soberania e interesse nacional. Como poderemos observar ao longo do capítulo, o conceito de globalização não é consensual, tanto nos debates teóricos sociológicos, como ao longo do seu processo histórico, como tem vindo a ser explorado por diversos autores (Wallerstein 1994; Giddens 1991; Gilpin, 2002). Apesar de encontrarmos o termo “globalização” nas diferentes áreas científicas, este tem sido interpretado de distintas formas pelos diversos autores. Contudo, apesar de algumas perspetivas apresentarem o fenómeno aparentemente distinto, não são necessariamente controversas, podendo complementando-se em alguns dos casos. O conceito de globalização carece, portanto, de uma objetividade, envolvendo multidimensões que espelham a complexidade do processo, podendo este ser abordado a partir da ótica política, económica, cultural e social, que ora se complementando, ora se sobrepondo. Sobretudo, todas estas perspetivas promovem um debate para a análise do fenómeno da globalização.

Demarcando-se da politização do termo, o interesse científico de Dreher (2006) foi o de construir, através de um estudo empírico, um índice de globalização para entender os efeitos desta sobre os Estados do sistema internacional contemplando os mais importantes aspetos deste processo: a integração económica, a integração social e a integração política, utilizando 23 variáveis, durante o período compreendido entre 1970-2000. O autor conclui que o índice espelha que o processo de globalização promove o crescimento, ao passo que os países com menor taxa de crescimento são aqueles que se fecharam ao processo de globalização, simultaneamente observa-se que as suas instituições são pouco confiáveis e com as maiores taxas de pobreza.

A globalização pode ser entendida para Stiglitz, como:

*It is the closer integration of the countries and peoples of the world which has been brought about by the enormous reduction of costs of transportation and communication and the breaking down of artificial*

*barriers to the flows of goods, services, capital, knowledge and (to a lesser extent) people across borders (Stiglitz, 2002: 9).*

Portanto, para o autor, a abertura dos mercados internacionais ajudou muitos países a crescerem economicamente mais do que qualquer outra forma já tentada conseguiu. Já para Santos (2001), existe um fortalecimento do Estado que procura atender às exigências da economia política internacional em detrimento do bem-estar social. Ou seja, o mercado global é apresentado como homogeneizador, quando na verdade as disparidades sociais são cada vez mais profundas.

Para Pureza (2002), a nova dinâmica transformadora que obriga a uma profunda transformação no paradigma das estruturas globais, coloca em causa a soberania dos Estados-Nação. Se antes as lógicas das estruturas globais eram centradas nos Estados, agora temos um mundo multicentrado em atores livres da soberania estatal.

Paradoxalmente, a falta de consenso da teorização do fenómeno da globalização assenta, todavia, num consenso entre os mais influentes membros dos países centrais constituindo o chamado “consenso neoliberal” ou Consenso de Washington (Boaventura Sousa Santos org., 2001: 33). Este consenso deliberado na década de oitenta, edificou um conjunto de diretrizes, as quais determinavam: o papel do Estado na economia e o futuro da economia mundial e as políticas para desenvolvimento. Diante do exposto, “os diferentes consensos que constituem o consenso neoliberal partilham uma ideia-força que, como tal, constitui um *metaconsenso*. Essa ideia é de que estamos a entrar num período em que desapareceram as clivagens políticas profundas” (Boaventura Sousa Santos org., 2001: 33).

Apesar da falta de unanimidade em torno da noção de globalização, pode-se afirmar que este processo afeta, de algum modo, as dinâmicas das instituições governamentais. Considerando a Globalização económica como medidor de integração política. Identificamos três abordagens para avaliar o grau de integração económica dos países. A primeira abordagem examina a ascensão das convergências internacionais e harmonizações institucionais através dos países. A segunda abordagem, a importância e projeção dos fluxos internacionais comparando-os com os fluxos nacionais. E, finalmente, uma terceira abordagem avalia os resultados, da integração em termos de convergência dos preços de bens e serviços (Hart & Prakash, 2004).

No entanto, de acordo com Giddens, a globalização pode ser ainda entendida como *“a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de*

*distância e vice-versa* (Giddens, 1991: 60). Como iremos notar, existe uma fricção de posições no debate sobre as diferentes visões do processo de globalização e de como este interfere nas velhas premissas de um Estado Soberano, em que a soberania não pode ser limitada por nenhum ator externo. No sentido de aprofundar o estudo académico sobre o processo de desenvolvimento da economia mundial e o seu método de atuação a nível dos Estados, verificamos a interferência das novas dinâmicas globais sobre o poder soberano dos Estados Modernos. Torna-se, assim, pertinente analisar que os Estados soberanos sofrem pressões externas que resultam numa medição de forças entre o poder político e o poder económico, no qual, tanto cooperam em prol de um desenvolvimento deste novo processo de crescente economia mundial, como na contraposição, como acontece na disputa de livre mercado e regulamentação da economia pelo Estado. Neste contexto, como afirma Gilpin, “*em todos os segmentos dos assuntos económicos internacionais, os temas económicos e políticos entrelaçam-se*” (Gilpin, 2002:42):

É indissociável para a análise a inclusão dos elementos históricos, que nos permitem explicar como este processo se materializou no desenvolvimento da globalização como a conhecemos hoje. Atualmente, a economia-mundo ocidental resulta de uma tendência hegemónica, que se desenvolve e está a progredir a uma escala mundial. Contudo, a economia-mundo é limitada por um espaço geográfico, podendo coexistir com outras economias-mundo, como coexistiram no passado dois ou mais centros de uma economia-mundo, como por exemplo Londres e Amsterdão no século XVIII<sup>2</sup>. Existe uma distinção entre economia mundial e economia-mundo. A economia mundial é entendida como o que conhecemos de globalização, ou seja, a troca generalizada de mercadoria e serviços entre todas as regiões do mundo.<sup>3</sup> Portanto, a globalização pode ser entendida como produto do desenvolvimento capitalista à escala mundial, estendendo-se as barreiras económicas com uma lógica civilizacional moderna que remonta à Revolução Industrial Inglesa do século XVIII, no seguimento de uma conjuntura transformadora sociopolítica emergente da Revolução Francesa de 1789 (Braudel, 1987).

Verifica-se, portanto, que a globalização é um motor gerador de mudanças de magnitude progressiva das atividades sociais, políticas e económicas além-fronteiras, trazendo rápidas alterações na sociedade moderna, fazendo com que acontecimentos e

---

<sup>2</sup> Outrora coexistiram dois centros ou Cidades-estado numa economia-mundo com disto é exemplo: Roma e Alexandria, no tempo de Cesar Augusto e Cleópatra; mais tarde entre Veneza e Génova, (1378 e 1381) e o de Londres e Amsterdão, no século XVIII. Do mesmo modo que hoje uma grande capital-económica como Nova York designando um espaço-geográfico à economia-mundo.

<sup>3</sup> Para mais informações ver *La Dynamique du Capitalisme, 1985 de Fernand Braudel*

decisões numa região do planeta possam afetar, significativamente, os indivíduos de regiões distintas do globo. É possível afirmar, assim, que a globalização se refere ao processo espaço-temporal da mudança, que apoia e sustenta uma transformação na organização das atividades humanas e sociedade principalmente porque conecta e expande essas atividades por todas as regiões do globo (Held & McGrew, 2005: 67). É nesta lógica de inexistência dos entraves económicos, que Stiglitz (2002) não só reconhece, mas como também considera as vantagens de um mundo interligado em prol de uma redução dos custos dos serviços e mercadorias. Contudo, o autor deixa claro que existem falhas a nível institucional, nomeadamente quanto as três principais instituições que governam a globalização: FMI, Banco Mundial e OMC.

É, também, neste contexto que Santos (2002: 6), propõe que “*as novas desigualdades sociais produzidas por esta estrutura de classes*” composta pelos gestores das empresas multinacionais e pelos dirigentes das instituições financeiras internacionais reproduz um tipo de redistribuição da massa da população para a burguesia estatal, as multinacionais e o capital local impossibilitando o tratamento sério da questão da redistribuição dos rendimentos. Surge desta aniquilação da redistribuição da riqueza mundial uma terceira via, que vem dar respostas satisfatórias aos dois extremos, de modo a que exista uma justiça social, suprimindo as necessidades de saúde, educação, justiça e previdência, e ao mesmo tempo um livre mercado, fornecendo os instrumentos para a reconstrução de uma nova hegemonia (Giddens, 1999).

Apesar desta tentativa de reequilibrar um sistema onde o Estado e o mercado coabitam de forma harmoniosa, este Inter-relacionamento torna-se incompatível, pois “*o mercado é fonte de poder, que influencia os resultados políticos*” (Gilpin, 2002: 27). As empresas têm um papel de grande influência na distribuição da riqueza e nas atividades económicas entre economias nacionais. Isso faz como que tenham crescido participação no poder económico, político e em atividades que dizem respeito à sociedade (Gilpin, 2000), neste sentido, os estados perderão continuamente a sua legitimidade (Wallerstein, 1994: 132).

Cumpriu-se nesta primeira parte do capítulo, apresentar as teorias que nos serviram para entender à interpretação da economia na política e vice-versa. Evidenciou-se, que o processo de globalização trás pressupostas linhas ideológicas controversas. Neste sentido a próxima subseção terá como pilares de análise duas perspetivas ideológicas

intrínsecas às formulações epistemológicas das estruturas globais deste processo económico.

## **1.2 O debate ideológico: globalização à luz da Teoria Sistema-Mundo e do Neoliberalismo**

Na subsecção anterior 1.1, confrontamos as teorias sociológicas do processo de globalização com os autores pertinentes que nos sevem para explicar as inter-relações que existem entre o Sistema Económico e o Estado. Na presente subsecção, a análise recai sobre o principal debate ideológico entre as perspetivas Neoliberal de Gilpin e a Teoria Sistema-Mundo de Wallerstein.

Para Gilpin (2002: 444), a interferência do Estado na economia é prejudicial para o desenvolvimento profícuo de uma economia global. Isso deve-se ao facto de uma economia mundial, alicerçada em premissas liberais e nos princípios da não-discriminação e do multilateralismo, proporcionam uma prosperidade na economia. Tendo, assim, o livre-mercado como motor gerador de progresso, compreende-se uma relação indireta na lógica de livre-mercado, quanto menor forem as interferências estatais, mais próspera tende a ser a política económica mundial. Portanto, a prosperidade económica internacional prende-se com a redução das interferências estatais.

Com efeito, é interessante perceber a posição que o Estado ocupa nas dinâmicas da política económica internacional. Entretanto, devemos-nos questionar quanto ao papel do Estados na economia internacional. No palco do Sistema Internacional, emergem, pós-Guerra Fria, novos atores que tornarão as relações multilaterais muito mais complexas. Gilpin (Ibidem: 26) vai ainda mais longe e investiga como ocorre a produção e distribuição de riquezas e qual a interferência estatal neste processo.

O epicentro do estudo para a Teoria do Sistema-Mundo está na unidade do sistema-mundo, e como esta unidade hierarquiza os Estados, instrumentalizados através das modernas organizações supranacionais, como o Banco Mundial e FMI, limitando a autonomia no seio dos Estados mais periféricos (Wallerstein, 2001: 50-51).

Ao analisar as preposições das distintas visões da interferência do Estado na economia, notamos a polarização entre a unidade de análise dos dois autores, colocando, por um lado, os Estados num plano principal, disputando entre si a atração de capitais, de forma a maximizar as suas vantagens hegemónicas, e por outro, a economia caracterizada por múltiplos centros políticos mais complexos, hierarquizados por um sistema de divisão

do trabalho, originando um uma luta hegemónica interestatal, iniciada pela expansão do sistema-mundo europeu, resultado do processo pelo qual conhecemos por economia mundo capitalista.

Neste contexto, enquanto Gilpin considera que *"a melhor esperança para o mundo em termos de estabilidade económica é alguma modalidade de mercantilismo benevolente"* (Ibidem, 2002: 444), remetendo a uma política de equidade social, referida em Giddens (1999), salvaguardando os interesses das diretrizes de integração global dos mercados financeiros (Gilpin, 2002: 439), contudo, a *"novidade da globalização política atual é que as assimetrias do poder transnacional entre o centro e a periferia do sistema mundial, [...] são hoje mais drásticas do que nunca"* (Santos B. , 2002: 44).

Conforme exposto acima, as relações no sistema internacional complexaram-se, trazendo novos atores às Relações Internacionais. Como o historiador americano, (Chace, 1998: 115), num tom cáustico, questiona a necessidade da reformulação de novos acordos na regulamentação do livre mercado, vigente desde os acordos de Bretton Woods. Segundo o autor, a emergência de uma nova dinâmica internacional, transferiu muito poder para atores transnacionais privados, ao passo que os chefes de Estado deveriam reconhecer a conexão entre a segurança económica e a segurança nacional. Como deixa claro Sousa:

*"de facto, a soberania dos Estados mais fracos está agora diretamente ameaçada, não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer, mas sobretudo por agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais. A pressão é, assim, apoiada por uma coligação transnacional relativamente coesa, utilizando recursos poderosos e mundiais."* (Santos, 2000: 44)

Sendo assim, o processo de globalização vigente trás à tona a importância voltada para a segurança económica e política no seio dos Estados, colocando a pares atores transnacionais isentos de soberania. A transferência de parte da sua hegemonia para entidades supranacionais, tem como finalidade um ambiente harmonioso, trazendo estabilidade e ordem ao sistema internacional, visto até então como anárquico, em prol de ambiente de progresso para uma saudável política internacional.

À luz da construção liberal das organizações transnacionais, "tripé" do sistema financeiro internacional:

*"O liberalismo e os princípios nele incorporado disponibilizam as relações económicas internacionais e podem proteger os fracos contra os fortes. O princípio da nação mais favorecida, a não-discriminação e reciprocidade*

*incondicional proporcionam o critério mais próximo possível de uma base objetiva para avaliar a legitimidade do comportamento económico, limitando a viabilidade das ações arbitrárias". (Gilpin, 2002: 440).*

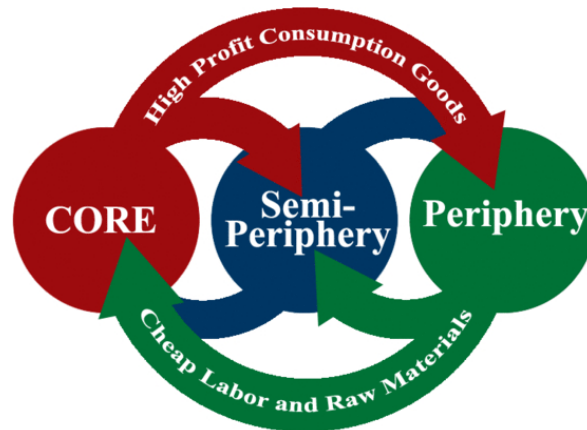
Podemos perceber que a génese da construção destas instituições supranacionais tem como propósito amenizar as clivagens entre estados fortes e Estados fracos, dentro de um sistema Internacional que procura a paz e o progresso no Sistema Internacional. No entanto, a concentração de riqueza, poder socioeconómico e político, tem causado algum desconforto, por isso é fundamental abranger o papel que estas instituições assumem como vigilante e regulador benigno da economia mundial, visando a competição leal e evitar comportamentos desleais e ilícitos dentro do regime económico internacional (Gilpin, 2000: 190).

Embora a intenção da construção de instituições supranacionais reguladoras fosse a de promover paz e desenvolvimento justo para os Estados soberanos inseridos no sistema económico mundial, observamos uma assimetria no seu desenvolvimento e privilégios para as nações centrais em virtude do resto do mundo. Estas instituições ao criar requisitos normativos e institucionais para as operações do modelo do desenvolvimento neoliberal, destroem, por sua vez, institucionalmente e normativamente o papel do Estado na economia e a sua legitimidade de Estado como organizador da sociedade (Boaventura Sousa Santos org., 2001: 44).

Neste contexto, as multinacionais têm um relevante papel no sistema da economia global. Considerando que o comportamento das multinacionais é determinado pelas políticas económicas, estruturas económicas e interesses políticos dentro das sociedades originárias, não é possível determinar a natureza benigna ou maligna, já que são as regras impostas pelas instituições supranacionais que determinam as "*regras do jogo*" (Gilpin, 2000: 164). Este processo de internacionalização e investimento estrangeiro de uma multinacional, é normalmente acompanhado por alianças intercooperativas que resultam numa estratégia fortemente competitiva com as empresas do país hospedeiro.

Por sua vez, as multinacionais desenvolvem uma relação de força com o poder político, quase que num combate económico, a fim de assegurar a acumulação contínua de capital tendo como premissa primordial a Auto expansão. Independentemente da localização geográfica, os capitalistas usam dos seus instrumentos de poder para que o lucro seja cada vez maior, e para isso, corrompem e utilizam da chantagem para influenciar o poder político (Wallerstein, 2001: 13, 29-31). Ou seja, os países periféricos e

semiperiféricos, que detém menor poder negocial e instituições menos confiáveis, são mais débeis a esta interferência.



**Wallerstein's World System Theory Model**

**Figura 1 - Teoria do Sistema Mundo de Wallerstein.**

**Fonte:** Disponível em <http://worldsystemconjectures.blogspot.com/2014/05/a-systems-perspective-on-world-systems.html> [setembro de 2018]

Assim, embora os antagonismos no cerne das suas perspectivas, alcança-se convergência num ponto essencial: os Estados sofrem pressões na sua autoridade legítima dentro do sistema económico mundial pela emergência de fontes de poder de instituições supranacionais, agências financeiras internacionais e atores transnacionais privados.

Neste sentido, por um lado, consideram estas dinâmicas benéficas para as sociedades pois são estas multinacionais detentoras da riqueza, e estas saberão melhor como distribuir essa mesma riqueza pelas sociedades contando com a cooperação dos Estados, para desta forma não haver ingerência estatal nas atividades das corporações multinacionais (Gilpin, 2000: 190). Por outro lado, estas dinâmicas reguladoras da economia estatal são vistas como prejudiciais, tanto para os países mais centrais como para os mais periféricos. O embate económico que o sistema provoca entre os atores transnacionais privados e os Estados soberanos resulta numa deterioração da legitimidade e normatividade da sua ação como agente soberano dentro da organização da sua sociedade (Wallerstein, 2001).

Como ficou patente nesta subsecção, este complexo processo de globalização, transporta polaridades ideológicas, podendo assim afirmar-se que a globalização é um

processo transformador da sociedade transversal (económico, político, social cultural). Neste contexto os Estados são forçados a repensar a sua Defesa e Soberania, no sentido de impedir a subjugação do poder estatal ao poder económico, também exercido pelos atores privados, que têm vindo a exercer um poder cada vez maior no plano internacional. A próxima subsecção analisará as estratégias que possam vir a ser adotadas pelos Estados, no sentido de aperfeiçoarem a sua atuação perante as sociedades, face a estas novas dinâmicas

### **1.3 Relações político-económicas no sistema internacional: A Teoria da Dependência e a Teoria da Estabilidade Hegemónica**

Tal como dilucidamos ao longo das subsecções anteriores, o processo de globalização levanta uma problemática no seu debate ideológico, mas ambos, aparentemente acarretam uma preocupação quanto à Segurança Económica dos Estados. Por isso, a presente subsecção apresentará uma reflexão das teorias subjacentes ao processo de globalização que dizem respeito às relações político-económicas do sistema internacional. Procurar-se-á explicar como se chegou a uma concordância internacional sobre a governança global<sup>4</sup>, constatando-se, portanto, a sua interferência na soberania dos Estados, ameaçando a Segurança económica.

Por um lado, temos os teóricos da Estabilidade Hegemónica, propondo um Estado hegemónico como pilar estratégico para alcançar a paz e a ordem no Sistema Internacional anárquico. Por outro lado, temos os percursores do pensamento kantiano federativo os quais criaram o atual Sistema político-económico vigente, construindo supra instituições de modo a trazer a estabilidade necessária para um ambiente próspero e pacífico do sistema internacional.

Divergindo destas perspetivas temos a análise da Teoria Sistema Mundo e da Teoria da Dependência que vem dar uma contribuição analítica ao estudo das dinâmicas, dando uma interpretação histórica ao atual Sistema Mundo.

De acordo com os teóricos da Estabilidade Hegemónica a melhor estratégia a adotar seria a um Estado ser o garante da estabilidade. Com o processo de globalização e o

---

<sup>4</sup> O conceito de governança global é formalmente introduzido aquando da criação Comissão de Governança Global (Commission on Global Governance). No seu relatório *Our Global Neighborhood* (1995) o conceito é definido como processo que resume a forma como os atores, desde indivíduos a instituições formais, informais, privadas e públicas, gerem as suas questões comuns para produzir respostas de ação coletiva (The Commission on Global Governance, 1995). Este documento expressa o início de uma visão do mundo enraizada na ideia de uma aldeia global e no desejo coletivo das pessoas de moldar o seu futuro.

surgimento de diversos atores no Sistema Internacional, pensadores realistas e neorrealistas sentiram a necessidade de uma entidade hegemónica para proporcionar uma Ordem Mundial estável, bem como o bom funcionamento da economia internacional. Num sistema anárquico, a política económica internacional colide com os interesses nacionais dos Estados, causando um conflito de interesses, requerendo um Estado que se sobreponha aos demais, exercendo um papel de coerção e restabelecendo a ordem internacional (Gilpin, 2002: 392). Desta forma propõem-se a governança global por uma entidade hegemónica que seja o garante da ordem económica internacional.

Entretanto, é fundamental que estas Instituições Internacionais “prestem contas” *accountability*, de modo que se tornem mais confiáveis. Assim como os Estados devem prestar contas perante seu povo, as Instituições Internacionais, tais como a OMC e o FMI, o deveram fazer (Nye Jr, 2001: 2-6). Se o caminho que estamos a seguir é direcionado a um Sistema Internacional com uma governança global, as instituições reguladoras deste sistema deveriam ser mais confiáveis, aumentando a sua transparência. Por final, procura-se conciliar o sistema de governo de democracia liberal exercido no Ocidente com as instituições supranacionais reguladoras do Sistema Internacional. Assim sendo “*não pode haver governança sem ordem, e não pode haver ordem sem governança*” (Rosseau & Czempiel, 2000: 20)

Verifica-se, portanto, que existe uma convergência de pensamentos, entre neorrealistas e neoliberais, defendendo e estruturando argumentos que buscam reestruturações parciais, porém conservando os valores que balizam a Política Internacional contemporânea. Adquirindo posições legitimadoras do *status quo* no tocante do Sistema Internacional. De modo a perpetuar a manutenção das atuais estruturas de poder.

Como já foi referido anteriormente, a Teoria Sistema-Mundo procura analisar a forma multidisciplinar de como o capitalismo moderno se desenvolveu ao longo da história, destacando um centro, uma semiperiferia e uma periferia, evidenciando que no quadro dos países centrais, existe uma potência hegemónica dentro deste conjunto do sistema (López Segrera, 1998).

A divisão do mundo em três dinâmicas interligadas com grau diferente de industrialização e desenvolvimento, sendo o centro detentor da tecnologia e poder hegemónico, a semiperiferia, o grupo dos países em fase de industrialização e a periferia os países marginalizados do sistema económico do qual são exploradas e retiradas as matérias-primas. A Teoria da Dependência surge, portanto, como estudo interpretativo histórico na tentativa de compreender as limitações de alguns Estados no período histórico

acompanhado pelo desenvolvimento do sistema capitalista baseado numa economia mundial sob coordenação de uma hegemonia, em países da América Latina, e como esses países tenderiam a ser cada vez mais dependentes. A relação dos países centrais para com os países periféricos pode ser entendida como:

*“Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”* (Marini, 1973: 4).

Assim, observa-se que existe um esforço conjunto dos países centrais de criarem uma governança multilateral global de modo a que os seus interesses permaneçam salvaguardados através da égide de uma governança global, e por outro há o reconhecimento de que essas tentativas de criar instituições supranacionais causam subordinação dos Estados Nacionais a essas agências temos que:

*“[...] a globalização económica é sustentada pelo consenso económico neoliberal cujas inovações institucionais são [...] subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio”* Boaventura Sousa Santos org., 2002: 31).

Consequentemente, os Estados semiperiféricos ou periféricos vêm sucessivamente a sua soberania e autonomia comprimida pelos Estados hegemónicos. Esta opressão é exercida através do controlo da dívida externa imposta por um consenso entre os países centrais efetuado pelas Instituições multilaterais por eles controladas. Este consenso económico neoliberal funda-se numa divisam internacional do trabalho hierarquiza por países centrais que restringem o campo de ação dos países periféricos gerando um subdesenvolvimento da periferia e com isso, uma posição dependente em relação ao centro do poder económico.

A presente teoria da dependência está intrinsecamente ligada à dinâmica descrita por Wallerstein (1974: 16-18) numa lógica de acumulação de capital, os países detentores de poder económico, titulares de capital e tecnologia dependem da exportação de matérias-primas e de produções básicas de produtos da periferia que ficam assim dependestes por seu torno da exportação destes bens e serviços, e as semiperiferias ocupando um lugar intermédio de relação de dependência, sobre a periferia da qual

importam elementos básicos para as suas indústrias. Desta forma cria-se um elo de dependência o qual o centro sai vantajoso.

Ao longo da presente subsecção, evidenciou-se que o surgimento de novos atores no Sistema Internacional trouxe novas dinâmicas nas relações entre os Estados. Observou-se que o surgimento destes novos atores em contexto de anarquia do Sistema Internacional requereu uma entidade supranacional que tenha poder suficiente para regular e zelar pela Ordem do Sistema Mundial, por um lado e defendida por alguns. Por outro lado, os seus críticos consideram que o progressivo avanço do capitalismo moderno ao longo da história modelou relações hierarquizantes dentro do Sistema Internacional.

É interessante, neste contexto compreender que as teorias referentes a essas novas dinâmicas do mundo moderno, aqui citadas, são aparentemente complementares. A Teoria da Estabilidade Hegemónica considera que o ambiente anárquico do Sistema Internacional exige a presença de Organizações Internacionais para impor a ordem e paz e, em última instância, os países centrais como potências hegemónicas. Por sua vez, a Teoria da Dependência considera o sistema económico mundial hierarquizado, criando Estados com diferentes graus de desenvolvimento e influência, sofrendo coerção das forças hegemónicas.

Dessa forma compreendemos que em ambas as teorias, a existência de uma entidade supranacional, regulador tanto económica, quanto política, faz com os Estados cedam parte de sua soberania, quando estes não pertencem ao centro hegemónico de poder, e conseqüentemente, vêm colocada a sua Segurança Económica em causa, por conseguinte a sua Soberania é ameaçada. Entretanto para os países periféricos torna-se ainda mais penoso, culminando num desequilíbrio incomensurável, perpetuando a "superexploração do trabalho e acumulação de riqueza" (Almeida Filho, 2013: 12).

# Capítulo II: O surgimento dos regionalismos como resposta a uma crescente interdependência económica e o papel de Portugal nesta nova rede de governança

## 2.1 - Integração Económica Europeia

Observou-se no capítulo anterior que os processos de globalização se contrapõem ao fenómeno do protecionismo nacional, à medida que se fecham aos mercados internos e regionais, representando uma ameaça à saúde da economia das potências, já que o sistema capitalista pressupõe a auto expansão (Gilpin, 2002: 396).

Observar-se-á no próximo capítulo, que o processo de regionalização, paradoxalmente, surge com resposta à Hegemonia, ao mesmo tempo que ela própria se torna um centro de hegemonia dentro de um panorama global. Neste sentido, o presente capítulo visa, sobretudo, analisar os impactos que a integração de Portugal na comunidade europeia na sua própria defesa e segurança económica.

Primeiramente, na presente subsecção, iremos analisar o surgimento de tendências contra-hegemónicas que se refletem na organização de vários Estados-Nação, aglomerando-se geograficamente, estabelecendo-se em blocos económicos com vista a responder a uma instabilidade económica em virtude de uma crise financeira nos anos oitenta conjuntamente com um declínio da hegemonia central dos Estados Unidos. Estes blocos económicos ganham cada vez mais relevo no panorama de uma Nova Ordem Económica Internacional, adquirindo uma nova estrutura na política económica internacional. Todavia, a crescente regionalização global tem aumentado a tensão dentro da Ordem Económica Liberal e contribui para a maior competição entre as potências centrais ao nível económico e sociopolítico (Gill, 1994). Assim sendo, o presente capítulo propõe-se a apresentar uma reflexão sobre do florescimento do regionalismo, refletindo uma Nova Ordem Económica Mundial e perceber em que medida o Estado Português se

integrou num bloco de integração socioeconómica e política a fim de ver salvaguardado os seus interesses nacionais.

A crise que deflagrou na década de setenta<sup>5</sup> desencadeou uma ampliação das funções do Estado, o qual necessitava se reestabelecer economicamente, estimulando o crescimento, redistribuição da riqueza produzida (*welfare states*), garantir emprego, proteção às empresas, subsidiar bens e serviços e regulamentação de outras atividades (Gilpin, 2002: 391). A intervenção da economia estatal com preocupações sociais em resposta às reivindicações que emergiram da economia *keynesiana* do *welfare state* desencadeou *défices* fiscais e inflação, taxas de juros muito altas, baixas taxas de crescimentos e tensões sociais. Dessa forma, a economia voltada para políticas de bem-estar social prometida pela economia capitalista se tornou altamente inflacionária.

Com esse declínio da economia houve uma tendência dos Estados se aglomerarem em esferas económicas regionais, resultando em integrações económicas, e por sua vez, políticas (organizações internacionais regionais). Esse processo, tem vindo a ser estudado como um método de travar os efeitos negativos do processo de globalização acompanhada pelo capitalismo. Ou seja, o fenómeno da regionalização, apesar de concomitante ao processo de globalização é também paradoxal, mas assiste-se, de facto, a uma regionalização do espaço-mundo (Richard, 2014).

Essa contra tendência surgiu nos anos noventa, numa tentativa de reação ao *mainstream* da lógica positivista tradicional, que acreditava na neutralidade das teorias das Relações Internacionais. Apesar de ser essencialmente uma teoria de análise histórica, a Teoria Critica foca-se não só na análise do processo histórico de formação da Ordem Internacional, mas também no processo contínuo da mudança deste sistema (Cox & Sinclair, 1996), bem como a ordem socioeconómica vigente. O foco de análise para os pensadores desta corrente das Relações Internacionais seriam as mudanças estruturais na construção desta Nova Ordem emergente. Por fim, existe uma panóplia de argumentos que

---

<sup>5</sup> Nos finais dos anos 60, com o encerramento do Canal de Suez, os países produtores de petróleo (OPEP) viram-se com grande poder de negociação face aos Estados Unidos e Inglaterra. Neste período, o mundo embarca numa crise devido à decadência do sistema monetário e aos choques petrolíferos. Consequentemente, assistiu-se a um agravamento dos desequilíbrios da balança comercial, gerando inflação generalizada. Em consequência, o preço do petróleo aumentou 4 vezes entre outubro de 1973 a janeiro de 1974, resultando numa crise do petróleo e no descobrimento do seu uso letal, como arma de guerra, contra os países que dele dependiam.

afirmam que as políticas regionalistas de mercado minam o movimento impulsionado pelo *Bretton Woods* de liberalização unilateral e multilateral tais como: os incentivos ao protecionismo de mercado, constroem as negociações dos recursos e manipula o processo com interesses individuais (Frankel, 1998: 205).

Se antes as relações internacionais tinham no seu epicentro analítico os atores estatais independentes num Sistema Internacional anárquico, hoje os blocos regionais, inseridos no Sistema Internacionais com cada vez mais atores influentes, veem ganhando forças, almejando alcançar o grau de desenvolvimento que a União Europeia alcançou. A regionalização confere ao processo de *“crescimento da integração da sociedade numa região e aos processos muitas vezes não dirigidos de integração social e económica”* (Hurrell, 1995: 26). Entretanto, para entender o regionalismo é preciso observá-lo de fora para dentro e analisar a geopolítica do objeto de estudo (Hurrell, 1995: 31). No caso da União Europeia, as condições históricas e geopolíticas encaminham as políticas nacionais dos Estados para a cooperação regional, e ao mesmo tempo, conseguir fazer frente aos EUA. Neste período pode ser visto dois movimentos, o de liberalização e o protecionismo:

*“Essa nova fase da globalização capitalista também coincidiu com o desenvolvimento e a expansão notável dos processos de integração regional, evidenciados nos exemplos da União Europeia, do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e do Mercosul, ademais de vários outros menos conhecidos. Esses blocos passaram a dominar grande parte do intercâmbio comercial global [...]”* (Almeida P. R., 2001: 120)

Com efeito, a instabilidade, tanto a nível económico, quanto a nível sociopolítico no Sistema Internacional, causou uma certa preocupação entre os Estados-Nação. Como forma de protegerem a suas economias e manterem a ordem interna, os Estados organizaram-se, levando a cabo processos de integração. Assim foi o caso da União Europeia, normalmente o primeiro passo para a regionalização é através da integração económico de um grupo de países ligados geograficamente. Dessa forma, o mercado e os fluxos financeiros são o principal propulsor da regionalização (Hurrell, 1995: 26). Seguindo essa tendência de protecionismo setorial de um “comércio organizado” que nos falava Gilpin (2002: 409), importa questionarmos se este processo foi no sentido oposto a uma liberalização em marcha ou se continuou com as políticas liberalizadoras do mercado.

## 2.2. Integração Regional sob a ótica da Teoria da Dependência e a Teoria da Estabilidade Hegemónica

Frequentemente, o Tratado de Vestfália<sup>6</sup> é lembrado como precursor do sistema de Estado-Nação na Europa. Vestefália mudou a ordem política da Europa, reconhecendo a autonomia dos Estados Soberanos, tornando-se a raiz da Ordem Internacional dos últimos séculos. Porém, a institucionalização da Ordem Internacional regulatória provê um desapropriamento do monopólio da autonomia política estatal (Pureza, 2002). No início da cooperação entre os futuros Estados-Membros do projeto de integração europeia, pensaram-na como amortecedor do impacto da segunda Grande Guerra, criando o chamado Tratado de Roma (CEE - Mercado Comum), sendo este, o alicerce do que viria a ser a União Europeia, tal como a conhecemos hoje<sup>7</sup>.

A integração económica ocorre entre diferentes países, com diferentes realidades económicas e diferentes políticas internas. Entretanto todo processo de regionalização é acompanhado por um processo em etapas sucessivas - redução das tarifas, zonas de livre-comércio, união aduaneira, mercado comum, união económica e monetária (Almeida P. R., 2002: 5). A integração regional europeia surgiu num contexto de grandes vulnerabilidades económicas, onde a Economia Política Internacional se encontrava gravemente fragilizada, num contexto de pós-Guerra. Com o intuito de se reestabelecerem economicamente e ao mesmo tempo, reestabelecerem a paz, através da interdependência e cooperação internacional caminhou-se, até hoje, para uma super-integração, que hoje chamamos de União Europeia. A UE atingiu o grau máximo que conhecemos, até hoje, de integração regional e que nenhuma outra organização internacional, conseguiu atingir e manter.

Assim, questiona-se a possibilidade de coexistir um único interesse europeu, numa pluralidade interesses que coabitam no seio da UE. Para Hermenegildo “(...) *o interesse*

---

<sup>6</sup> Tratado de Vestefália ou A Paz de Vestefália, de 1648, estabeleceu o sistema internacional moderno ao dividir o mundo numa sociedade de estados territoriais soberanos que passaram a ter relações políticas e legais entre si. Os tratados de Münster e Obsnabruk é o marco histórico para a diplomacia, depois da Paz de Vestefália, o lugar da religião -elemento norteador do comportamento dos Estados, até então- foi substituído por um novo conceito de nacionalidade, alicerçado ao sentido de pertença de determinado território. Desde aí, a visão abstrata do mundo em entidades territoriais tornou-se o modelo de organização política dominante no mundo.

<sup>7</sup> União Europeia - Sobre a União Europeia - [https://europa.eu/european-union/about-eu/history\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt)

*nacional e a soberania são compatíveis no contexto europeu*”, já que, “(...) *o interesse europeu foi considerado interesse nacional*” (2016: 17). Neste sentido, a integração europeia resulta de uma erosão da Soberania dos Estados-Membro atribuindo uma legitimidade normativa que, vai além de qualquer Organização Internacional, pois não necessita e não deixa grande margem para a negociação ou intervenção por parte destes. O direito comunitário representa o mais significativo regime de estabilidade e garante e de gestão à área de ação transnacional. Os Estados deixam, em virtude da sua “defesa económica de constituir um centro político de orientação nacional dentro dos seus próprios limites territoriais. Desta forma, condicionada a autonomia dos seus Estados-membro, tanto com agente regulador de uma economia doméstica quanto garante de direitos dos cidadãos (Boaventura de Sousa Santos[org.], 2002). Ainda assim, a sobrevivência de Portugal enquanto País, consiste em assegurar a estabilidade, mesmo em ambientes económicos adversos, para o bem-estar dos portugueses, [...] Os sacrifícios que a sobrevivência implica, mais do que serem impostos, devem ser aceites [...]a sobrevivência de Portugal exige consenso que legitime estes sacrifícios, informação, transparência e responsabilidade (Ferreira, 2018: 131).

Ora, a construção de blocos económicos como forma de travar os avanços das potências mais influentes no Sistema-Internacional resultam na perda de soberania e do controle da economia dos países membros (Veríssimo, 2005: 170). Em contrapartida, os Estados contam com a ajuda de aliados que auxiliam na Defesa e Segurança, criando um ambiente de paz interno. Entretanto, para o autor a relação entre economia e defesa é vista como: “[...] *não há defesa forte baseada numa economia fraca*”. (Veríssimo, 2005: 170). A entrega de parte da Soberania a uma entidade reguladora que detém a atividade económica e social tem encontrado a sua mais alta expressão na Comunidade Europeia (UE). Convergente com pensamento do autor acima citado, Bruno Cardoso Reis (2013: 8) considera que a dimensão económica financeira é o pilar de sustentação das bases materiais do poder para pensar uma boa estratégia nacional. Assim sendo, é fácil perceber que um Estado se torna muito vulnerável e sem meios de ação para moldar suas próprias estratégias.

Por outro lado, pensamos a estratégia nacional dentro de um conjunto de Estados soberanos, segundo António Silva (2016: 211) “*a soberania económica é a base de todas as soberanias*”. A valorização da vertente económica da defesa é algo que deveria se tornar cada vez mais forte dentro dos pilares da Estratégia Nacional. A deficiência da gestão económica estatal acarreta a conseqüente perda de soberania e conseqüente

dependência internacional, dívida exponencial, colapso económico e vazio político (Veríssimo, 2005: 170)

Com efeito, vivemos uma disputa que não se encontra mais no campo militar e bélico, mas agora age de forma mais silenciosa e perigosa no campo económico. Essa coação expressa-se, segundo Queiroz (1994: 62), “*em ações como organizações de boicotes de importações, ou aquisição de serviços, exploração de dependências económicas existentes (suspensão de fornecimentos de combustíveis, corte de apoio tecnológico, etc.), manipulação de preços de produtos e de serviços prestados, conducentes ao «dumping», restrições de empréstimos e de investimentos, corte de ajudas económicas, congelamento de ativos, pressões cambiais, etc.*”.

Cria-se, portanto, uma relação entre globalização, economia e soberania, na qual o sistema económico internacional foi desenvolvido para uma economia completamente global (Veríssimo, 2005: 170), na qual as económicas dos Estados inseridos neste sistema interagem entre si, em maior ou menor grau, influenciando e sendo influenciadas pelos outros Estados. Neste cenário de influências, que tanto observa-se a cooperação e colaboração, como a competição e ameaça, pode resultar num clima de insegurança e ameaças que resultam do embate das forças económicas dos diversos Estados. A evolução da economia para este modelo mercado no qual os Estados têm cada vez menos controlo sobre a economia nacional, tem trazido diversas preocupações que giram em torno da Defesa e Segurança Nacional.

No entanto, deslumbrar um Portugal isolado, pequeno e aberto, sem sectores económicos capazes de compensar as suas vulnerabilidades, resultaria a termo na sua própria inexistência como verificamos na história de um Portugal fechado dos anos 40- 60, atualmente ainda menos sobrevivência teria (Ferreira, 2018: 123).

Se no passado, a Defesa assentava-se primordialmente na componente militar da defesa nacional e o Estado mais forte era aquele que mantinha o maior arsenal de armas, hoje este panorama mudou. Assim como o mundo se desenvolve, a Estratégia Nacional de Defesa e Segurança também se atualiza ao longo dos tempos, adaptando-se a novas ameaças. A componente económica da defesa não é exceção. A globalização e a nova ordem económica têm trazido “*grandes desafios aos Estados e criado problemas de segurança bem diferentes dos que até então existiam*” (Pinheiro & Paradelo, 2005: 234).

## 2.3 - Portugal na UE- Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Em Portugal, o documento que define a estratégia de defesa e segurança nacional é o Conceito Estratégico de Defesa Nacional <sup>8</sup>(CEDN), nele vem plasmado todas as componentes estratégicas da defesa e segurança, sejam elas militares ou não-militares, para enfrentar os mais diversos riscos e ameaças a integridade nacional. Para Pinheiro e Paradelo, da mesma forma como aconteceu com a estratégia militar, que decorrendo do CEDN, faz aprovar um Conceito Estratégico Militar, deveriam ser criados conceitos estratégicos para as diversas estratégias gerais, que segundo os autores podem ser Psicológicas, Políticas, económicas e Militares. (2005: 236)

Como é possível observar nas vulnerabilidades e capacidades nacionais discutidas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013 - Contributos e Debate Público (IDN, 2013: 72) os princípios de defesa e segurança nacional residem na garantia, do Estado na criação de condições que promovam os fatores políticos, económicos, sociais e culturais. Sem estes princípios, a Segurança e Defesa nacional estão comprometidas.

*“A restauração da estabilidade financeira e do crescimento económico - sustentável e gerador de emprego - como indispensável para reforçar a segurança nacional. A dimensão económica e financeira tem, na atualidade, uma importância acrescida. Os riscos económicos podem prejudicar interesses vitais do Estado, incluindo a soberania, a independência nacional e a coesão social.”* (Governo de Portugal, 2013: 14)

Apesar de admitir-se que os desequilíbrios financeiros, a perda de competitividade internacional da economia, as dependências energéticas e alimentares constituem vulnerabilidades a colmatar, o CEDN carece de uma reflexão complexa que a dimensão económica e financeira exige. Tendo repercussões a um nível transversal para toda a estratégia nacional. A segurança económica nacional é a base de segurança e defesa nacional. Sem esta, nenhuma outra é possível de salvaguardar.

Como Veríssimo (2005: 178) sugere, *“a Economia surge, assim, como um dos mais influentes domínios de ação da estratégia global de um Estado e o vetor económico da defesa é o que vem assumindo maior relevância nas sociedades atuais”*. Por conseguinte,

---

<sup>8</sup> O CEDN define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional.

Ver mais em [https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN\\_2013.pdf](https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN_2013.pdf) (p.6)

o pilar fundamental da Defesa Nacional reside na Segurança e Defesa da Economia, pois é esta que assegura todas as outras dimensões estratégicas que o Estado deverá salvaguardar.

Neste sentido, as linhas de ações estratégicas definidas para o último CEDN de 2013, de forma a responder às vulnerabilidades nacionais, no qual identifica as diversas ameaças sobre as quais Portugal deve se defender, não apresentando uma grande preocupação quanto à defesa económica, uma vez que pode ser entendida como *“a atividade desenvolvida pelo Estado no sentido de, face às reais ou potenciais ameaças, perigos e riscos, proteger e desenvolver a economia nacional, minimizando as suas vulnerabilidades e maximizando as suas potencialidades”* (Veríssimo, 2005: 178). Assim, Portugal e de acordo com o CEDN, assume como principais vulnerabilidades que Portugal enfrenta como sendo os *“desequilíbrios económico-financeiros e os níveis de competitividade da economia; o envelhecimento da população; a dependência energética e alimentar; as insuficiências do sistema de justiça e os constrangimentos de ordenamento do território”* (Governo de Portugal, 2013: 34).

Não obstante, o mesmo documento apresenta objetivos nacionais conjunturais que reforçam a confirmação das vulnerabilidades apresentadas a cima, definindo um quadro de políticas a serem adaptadas de forma a garantir a segurança e defesa nacional como sendo : *A correção dos desequilíbrios económico-financeiros, de forma reestruturar a estabilidade credibilidade externa e a preservação da coesão social , reforçando, simultaneamente, a autonomia a capacidade de ação externa do país; a redução do desemprego, contribuindo para a coesão social maior qualidade e vida dos cidadãos e respetivas famílias; A correção das vulnerabilidades dependência externa prejudiciais para a coesão nacional e o exercício da soberania* (Governo de Portugal, 2013: 37).

Com o intuito de contribuir para a problemática identificada no presente relatório, - a Segurança e a Defesa Económica Nacional, a estagiária procurou aprofundar o estudo académico, no que diz respeito à componente económica na Segurança e Defesa Nacional. Assim âmbito da investigação realizada durante o percurso da estagiária no IDN, proporcionou-se a oportunidade de a estagiária participar no II Seminário IDN Jovem,

servindo de preâmbulo inicial à investigação ao que se viria a concretizar no presente relatório de estágio.

Deste modo, torna-se indispensável trazer para a análise a identificação no decorrer da investigação publicada pelo IDN, dedicou nos últimos anos, ao estudo da segurança económica, como componente estratégica para a defesa e segurança nacional.

Numa fase inicial, com a pesquisa e constante interesse sobre de que forma as fragilidades económicas de um Estado podem por em causa a segurança de defesa dele próprio, levou a elaborar de um *paper* conjunto, em março de 2017, contribuindo para a investigação do IDN e tendo este sido publicado posteriormente num dos seus editoriais, IDN Cadernos N°25 ao mesmo tempo que servia de preâmbulo de uma linha de investigação pouco explorada.

Conforme explorado ao longo das subseções anteriores - de que forma a globalização levou ao incentivo da regionalização do globo em blocos regionais de modo a se protegerem, foi possível perceber que a componente económica da Defesa constitui uma preocupação, todavia não recebe a importância tamanha que deveria. Se [...] “não há defesa forte baseada numa economia fraca” (Veríssimo, 2005: 170).

O CEDN 2013 identifica cinco ameaças de natureza global, são elas o terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição massiva, a criminalidade transnacional organizada, a ciberterrorismo e a cibercriminalidade, a pirataria, a multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis, os conflitos regionais, a disputa por recursos naturais escassos (Governo de Portugal, 2013: 22). Marginalizando, desta forma, as ameaças económicas que o Estado está sujeito (Veríssimo, 2005: 170).

*“Da doutrina que a economia política nos deixou, uma conclusão clara. Não há defesa estratégica nacional sem defesa económica estratégica. Não existe defesa forte sem, de igual modo, não se tiver uma economia forte. A primeira depende forçosamente da segunda premissa, ao passo que a segunda decorre da primeira.” Almeida, Sousa, & Abel, 2017: 159).*

Os Estados devem se assegurar primordialmente da sua estratégia económica para se verem salvaguardados das demais ameaças, assim como seus interesses.

# Capítulo III - Estágio Curricular no IDN

## 3.1 O Papel do IDN na Investigação

Nos capítulos precedentes tentou-se dilucidar as fragilidades que a economia nacional atravessa com a sua inserção no mercado global onde a economia sistema-mundo é responsável por desencadear diversas mudanças. Cabe por isso, num terceiro capítulo aferir de que forma o IDN tem contribuído, através da investigação realizada para a segurança económica de Portugal, para compreender a intersecção do fenómeno da globalização e da segurança económica dos Estados. Esta primeira parte do terceiro capítulo, tem como principal objetivo analisar as publicações do IDN que tem sido produzidas relativamente a esta matéria, de forma a percebermos se existem publicações sobre o tema: economia nacional com questão estratégica para uma segurança e defesa nacional.

Analisadas as publicações do IDN dos últimos treze anos são escassas as referências à componente económica da defesa e ao papel fundamente pela manutenção da sua soberania coesa capaz de assegurar as suas funções de defesa nacional, independência e liberdade nacional, garante da sua integridade territorial e constitucional bem como salvaguarda coletiva dos seus bens e da sua população.

Primando de uma independência de pensamento livre e “livre expressão” os estudos e publicações do IDN abarcam as visões mais dispares sobre a posição que Portugal deve tomar à cerca da defesa. Assim sendo encontram-se posições díspares acerca do mesmo assunto, mas o que importa ressaltar é a escassa reflexão sobre a natureza a segurança económica portuguesa com essencial para a manutenção de defesa e segurança nacional.

Assim sendo importa mostrar as referências encontradas nas publicações do IDN quanto a soberania económica portuguesa nos últimos treze anos:

Conforme referenciado ao longo do trabalho, Henrique Veríssimo (2005: 178) publica em 2005 um artigo para a edição Nação e Defesa nº 110 - *Economia e Defesa: A Defesa Económica como Componente da Defesa Nacional* referindo-se “*A defesa económica, assim entendida, tem por objeto a defesa da economia contra todo o tipo de ameaças, numa guerra económica que é uma constante no atual xadrez geoeconómico mundial. Deverá então ser percebida como a atividade desenvolvida pelo Estado no sentido de, face às reais ou potenciais ameaças, perigos e riscos, proteger e desenvolver a*

*economia nacional, minimizando as suas vulnerabilidades e maximizando as suas potencialidades. Para tal, o Estado deve, por um lado, assegurar os adequados mecanismos de defesa contra as mais diversas ameaças e, por outro, criar e manter as condições de competitividade económica numa economia mundial fortemente competitiva e conflitual”.*

Neste mesmo ano de 2005, o IDN lança, na Coleção Atena, um livro subordinado ao tema “Pensar a segurança e Defesa” onde se encontra um subcapítulo dedicado ao tema: a componente económica da defesa que se refere ao “O sistema económico internacional, tem arrastado desde o fim da 2ª guerra as pequenas economias pelas grandes trazendo consigo a conseqüente secundarização dos interesses económicos dos estados mais pequenos, revelando-se uma das principais ameaças a um grande numero de pais (Fernandes, et al., 2005: 234-237).

Já em 2010 é publicado na mesma Coleção Atenas (Telo, et al., 2010: 28) um artigo que vai ao encontro da investigação, trazendo para a atualidade o pensar da defesa nacional *“Hoje, quando pensamos a estratégia nacional e a formação dos interesses nacionais, devemos conceptualizá-la neste quadro: não apenas no Estado mas num conjunto de outros atores nacionais que são eles próprios parte integrante do Estado.[...] O papel do Estado é assim, (...) : um papel de facilitação, de promoção da coordenação entre os diferentes atores, que têm estratégias autónomas. atribuindo-lhe uma nova definição ao interesse nacional e adaptá-la aos novos contextos e dinâmicas do sistema internacional.”*

Ao estado cabe agora um papel secundário, de serviçal dos interesses que os atores internacionais, supranacionais. Para Portugal é indispensável a permanência na EU e na NATO pois são eles os pilares da Segurança e da Defesa Nacional (Telo, et al., 2010: 30).

Por fim, um Policy Paper escrito pelo Instituto da Defesa Nacional, “A Defesa Nacional no Contexto da Reforma das Funções de Soberania do Estado” (2013: 50), onde o IDN assume uma posição relativamente à estratégia económica Nacional de Defesa como sendo um: “A estratégia nacional no campo da segurança e defesa não pode ignorar a necessidade de atenuar as vulnerabilidades de Portugal no campo económico e financeiro. Mas a política de austeridade também não pode ser indiferente à estratégia e à segurança nacional e perder o seu carácter seletivo. Neste sentido, a posição do IDN (2013: 65) se mantém se os processos de ajustamento representam oportunidades de mudança,

encerram também riscos profundos de desestruturação dos pilares da soberania que mais tarde não podem ser corrigidos.

Na perspetiva do IDN, estas necessidades conjunturais que foram, de alguma forma utilizadas ao longo deste estudo científico, por mais breve que possa parecer, ainda carece de grande atenção entre os estudiosos do tema e uma maior complexidade na análise da componente económica da Defesa na Economia. Todavia, por mais imediatas que possa ser, não podem pôr em causa o equilíbrio entre os três blocos das políticas públicas, nem tão pouco ignorar as tendências orçamentais mais recentes. A urgência das medidas de resposta à crise financeira do Estado também não pode deixar de assegurar equilíbrio e equidade dentro de cada um dos blocos referidos. Neste caso, por exemplo, entre Defesa e Segurança Interna. E mesmo no interior de cada uma das áreas de soberania, entre as várias dimensões da despesa: pessoal, funcionamento e investimento (Instituto da Defesa Nacional, 2013: 5).

### **3.2. Caracterização do Instituto da Defesa Nacional**

À presente subsecção compete analisar e caracterizar o local do estágio. Iremos, pois, explorar e clarificar a estrutura pela qual se rege enquanto serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e dispondo de autonomia científica e pedagógica.

O objetivo do outrora denominado Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN) era o de criação de um Serviço Público do Estado destinado a analisar, na base de uma visão global, questões de maior relevância para o País, ligando dirigentes de vários sectores, civis, militares, público e privado de forma a cooperarem por via a contribuírem para o pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e por sua vez a divulgação das questões de Segurança e Defesa. Como deposto, nos termos da Constituição da República Portuguesa (Decreto-Lei 48146 23 de dezembro de 1967, Art.º 2.: 2396) *“O I. A. E. D. N. tem por fim o estudo dos problemas da defesa nacional nos seus diferentes aspetos, o estabelecimento de uma doutrina comum nos sectores militares e civis e a formação de uma mentalidade aberta à complexidade da estratégia geral. Visa também, pelos meios ao seu alcance, a fazer estudos e investigação no domínio da*

*estratégia geral e a fomentar o interesse por estas questões, quer no campo nacional, quer no campo internacional.”*

Até então o órgão de natureza vincadamente militar, pelo Decreto-Lei no 635/74 de 20 de novembro de 1974, na sequência dos acontecimentos da Revolução de 25 de Abril de 1974, as atividades do Instituto foram suspensas, por se considerarem incompatíveis com a conjuntura que o País atravessava.

Doravante, por força dos tempos, e das suas circunstâncias, a promulgação do (Decreto de Lei no 46/88 de 11 de fevereiro de 1988), instituiu o IDN como parte integrante do Ministério de Defesa Nacional, lei que se concretizou com o Decreto-Lei nº 46/88 de 11 de fevereiro de 1988 (Decreto-Regulamentar de 1991).

Atualmente, o IDN rege-se pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2015, de 31 de julho que aprova a orgânica do Instituto da Defesa Nacional determina “o Instituto da defesa Nacional, abreviadamente designado IDN, é um serviço central de administração direta do estado, dotado de autonomia administrativa, científica e pedagógica.

Assim, no âmbito da reforma Defesa “2020”, o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional, “tendo em vista a simplificação e otimização dos serviços “e “à luz dos objetivos de modernização administrativa, melhoria de funcionamento, economia de meios e redução da despesa pública.

No desígnio das suas competências, O IDN tem por missão “o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação nos domínios da segurança e defesa” (idem).

Sendo ao IDN atribuídas funções de:

- a) Assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e defesa;
- b) Fomentar a elaboração e discussão de outras vertentes ligadas ao pensamento estratégico nacional, em articulação com os organismos públicos e privados para o efeito vocacionados;
- c) Fomentar o estudo e a divulgação das questões de segurança e defesa;
- d) Fomentar a investigação nos domínios das relações internacionais e da segurança e defesa;
- e) Promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate sobre os grandes temas

nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa;

- f) Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes;
- g) Cooperar com organismos congêneres internacionais.

Neste contexto, compete ao diretor-geral dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços do IDN, nos termos das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas.

Cabendo, através do Decreto Regulamentar n.º 7/2015, de 31 de julho, onde prevê a existência de um conselho científico colegial, de natureza consultiva, ao qual compete apoiar o Diretor-Geral do IDN a “a) Pronunciar -se sobre os projetos de investigação científica que lhe sejam submetidos pelo Diretor -Geral do IDN, sendo estes, em princípio, todos os que não tenham classificação de segurança, ou carácter confidencial ou não obedeçam a acordos bilaterais ou multilaterais do IDN com outras instituições nacionais ou estrangeiras; b) Pronunciar -se sobre as linhas gerais de orientação estratégica do IDN, que lhe serão apresentadas pelo Diretor-Geral; c) Pronunciar -se sobre outras questões de natureza pedagógica, científica ou cultural que lhe sejam apresentadas pelo Diretor -Geral do IDN”.

Conforme a disposição hierárquica na figura 2:

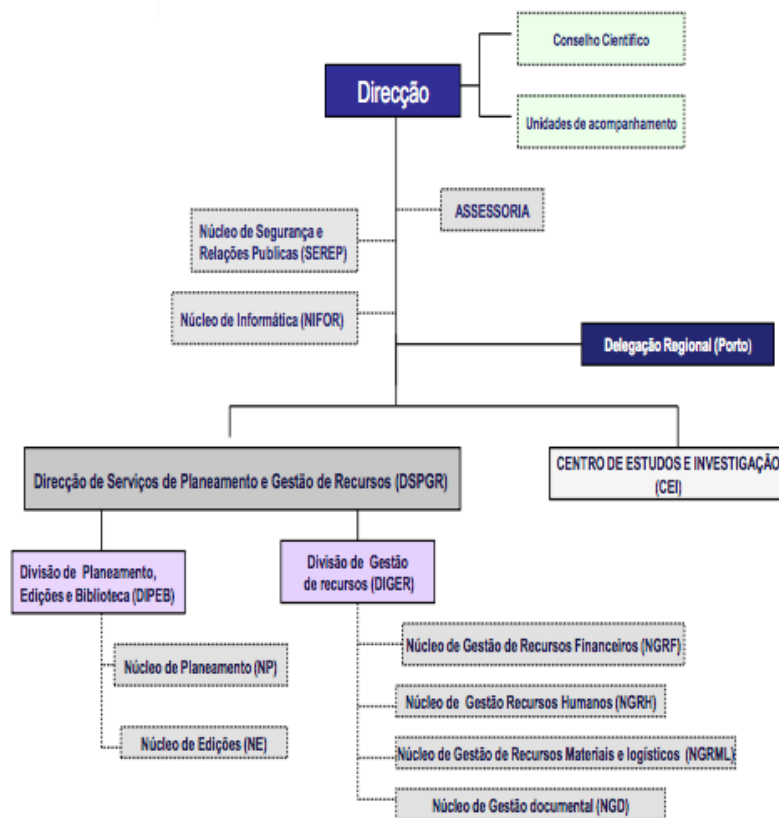


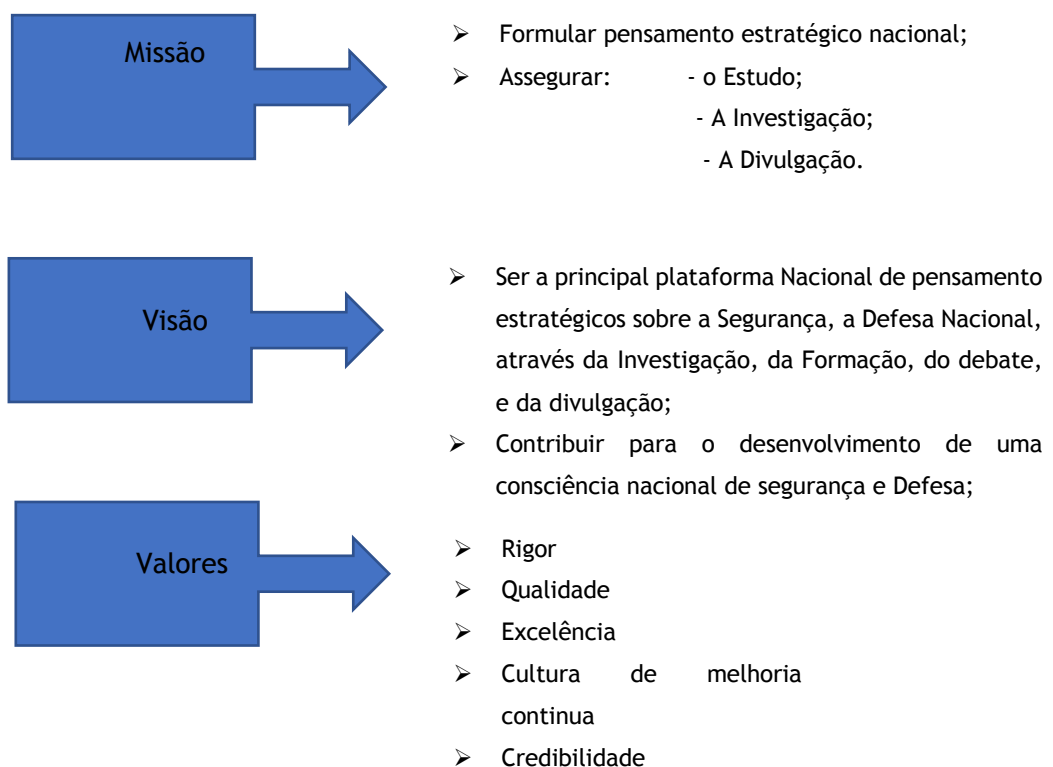
Figura 2 - Organograma IDN.

Fonte: IDN Relatório de atividades (RA) (2010, p. 14)

Partindo deste quadro legal em vigor, O IDN tem como visão constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre as questões da segurança e defesa nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate e divulgação. Contribuindo para o desenvolvimento profícuo de uma consciência nacional de segurança e defesa, assumindo-se como plataforma de encontro entre as instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade.

Para tal, orienta-se por valores norteados para a salvaguardar a diversidade de pensamento e a liberdade da investigação científica privilegiando as relações entre o mundo académico e o centros e investigação agregando Grupos de Estudos de vários setores da sociedade portuguesa. Visa projetar e implementar linhas de investigação coerentes com a sua missão, desenvolvendo projetos de investigação nas áreas da segurança e defesa, constituindo-se nesse domínio, como um órgão de apoio à tomada de decisão da tutela e de divulgação das temáticas em investigação, através de ações de reflexão e debate, e publicação dos resultados. O IDN propõem-se a estimular o diálogo no seio da sociedade, através de centros de debates públicos e de uma plataforma de encontro com a sociedade

civil sensibilizando através de ações destinadas ao desenvolvimento de uma consciência pública de segurança e defesa, designadamente, com a realização de cursos de educação e formação para a cidadania, em articulação com o Ministério da Educação e outros organismos, bem como, através da divulgação e promoção da compreensão pública das responsabilidades de cada um, e da comunidade como um todo, em matéria de segurança e defesa. Por fim, o IDN é norteado por critérios de qualidade, rigor e excelência, ao apostar na melhoria contínua dos serviços prestados, o IDN pretende consolidar o seu prestígio, através do mérito, e a sua credibilidade enquanto centro de produção de pensamento estratégico e de formação de qualidade nas questões de segurança e defesa (Instituto da Defesa Nacional, 2017: 19-20), conforme ilustra a figura 3.



**Figura 3 - Missão Visão e Valores norteadores do IDN**

Fonte: Elaborado pela autora

Partindo da missão, visão e valores apresentados na figura 3, considera-se que o IDN, está diretamente vocacionada para a formação e estudo do pensamento estratégico nacional, assente em quatro eixos prioritários de atividade: A Investigação em consonância com as prioridades estabelecidas pelo MDN para o ano de 2017 os esforços estarão concentrados para: 'Prospetiva Europeia 2016-2026'; 'Segurança Europeia'; Cibersegurança; e 'A geopolítica do gás e o futuro da relação Euro-Russa'

Procurando consolidar alguns públicos e servindo novos sectores, assegurado através de um segundo eixo prioritário a Formação organizando Grupos de Estudo, Cursos, consolidando pós-graduações especializadas nos domínios da decisão estratégica e dos estudos de segurança, em articulação com universidades, ações de formação vocacionadas para professores sobre o "referencial e educação ara a segurança e defesa nacional" mantendo sempre com sua prioridade maior no Curso de Defesa Nacional. O IDN empenha-se em contribuir para a sensibilização da sociedade portuguesa com Debates abertos, proporcionando seminários, conferencias e colóquios sensibilizando a cidadania para os valores da segurança e defesa. Apostando no aprofundamento da cooperação Internacional através de parcerias com entidades congêneres e outras instituições dando prioridade para o desenvolvimento e projetos e investigação conjuntos. Continuando sempre a apostar na divulgação científica mantendo um político editorial ativo com quatros linhas editoriais: Nação e defesa, Atena, IDN Cadernos, IDN Brief.

O IDN tem continuamente elevado as suas metas, alcançando os objetivos aos quais se tem proposto.

### **3.3 Atividades desenvolvidas no estágio curricular**

Constituindo o presente trabalho um Relatório de Estágio Curricular, compre à presente subseção 3.3, apresentar e analisar as diversas atividades que o integraram.

Neste sentido, iremos revelar as atividades desenvolvidas ao longo dos seis meses de estágio curricular no Instituto da Defesa Nacional trazendo uma reflexão crítica que compreende por um lado as perspetivas e por outro os resultados alcançados, bem como a inclusão de proposta de resolução de problemas decorrentes nas atividades ou propostas de melhoria das mesmas.

Primeiramente serão descritas as atividades e analisada a contribuição da estagiária para as atividades do Instituto. De seguida a análise recairá sobre a importância

das mesmas com vista a auferir que que medida o estágio curricular permitiu a concretização dos objetivos propostos.

O estágio curricular teve lugar no Instituto da Defesa Nacional, na delegação de Lisboa, ao longo de seis meses, entre o dia 16 de janeiro a 16 de julho de 2017 no âmbito do 2º ano do Mestrado em Relações Internacionais, na Universidade da Beira Interior, e no quadro de um protocolo entre a UBI e o Instituto da Defesa Nacional.

Com o propósito de contribuir para o estudo científico, da área da segurança e defesa nacional, o IDN não poderia ser a melhor opção para a estagiária desenvolver e contribuir para a sua investigação.

A escolha do local de estágio foi baseada em dois aspetos fundamentais: em primeiro lugar a vontade que a estagiária revelava na obtenção de experiência adquirida em contexto laboral contribuindo para o aprofundamento dos seus conhecimentos no âmbito das Relações Internacionais; e por outro lado a oportunidade da estagiária poder trabalhar com áreas do seu maior interesse, em particular o tocante à Segurança Económica Nacional.

Numa primeira fase, incumbia à estagiária traçar os objetivos a que se propunha, a metodologia a adotar, assim como esboçar um plano de atividades durante o percurso no IDN.

Quanto aos objetivos do estágio curricular no instituto da Defesa Nacional prenderam-se, fundamentalmente, com:

- A aquisição de competências técnicas e intelectuais ligadas aos projetos desenvolvidos no âmbito da segurança e defesa pelo Instituto da Defesa Nacional;
- O aprofundamento do conhecimento sobre a orgânica e funcionamento do IDN;
- O esclarecimento acerca do papel do IDN na Sociedade Portuguesa;
- O desenvolvimento capacidades de resolução de problemas e/ou projetos levados a cabo pelo IDN;
- Estabelecer contato direto com projetos do IDN;
- Contribuir para a programação/planificação de eventos;
- Desenvolver o pensamento estratégico nos domínios da segurança e defesa nacional portuguesa;
- Contactar com organismos nacionais e internacionais ligados ao quadro da segurança e defesa;

- Obtenção de um vasto conhecimento em contexto laboral na área das relações internacionais;
- Adaptar competências adquiridas no âmbito da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais e do Mestrado em Relações Internacionais (1º Ano);
- Adquirir experiência organizacional e profissional necessária para a entrada no mercado de trabalho;
- Desenvolver *networking* de contactos pessoais e profissionais;
- Desenvolver competências comportamentais transversais;
- Obtenção de um vasto conhecimento em contexto laboral na área das relações internacionais.

A elaboração do presente relatório de Estágio, recorreu a uma análise e pesquisa bibliográfica relevante para o aprofundamento do conhecimento sobre a segurança económica, mas também a uma pesquisa necessária para a realização das atividades ao longo do estágio, decorrendo uma melhor análise crítica e consolidação de conhecimentos. Bem como, a elaboração de relatórios relevantes sobre atividades que irem desenvolver semanalmente.

Ao longo da subsecção III irão ser descritas as atividades em que a estagiária esteve envolvida, no desenvolvimento e projeção das mesmas, bem como, a análise da sua atividade para a contribuição e por sua vez, o cumprimento dos objetivos propostos.

Posteriormente, a análise irá recair na importância das atividades desenvolvidas com vista a auferir em que medida o estágio curricular permitiu conhecer e operacionalizar os critérios pelos quais o IDN se rege. Num primeiro contato com a instituição de estágio e de maneira a integrar a estagiária na história e valências do Instituto da Defesa Nacional, foi-lhe fornecido pelo Coorientador de estágio, Professor Doutor António Paulo Duarte, as Memórias do IDN, livro lançado em fevereiro de 2015 pelo Instituto da Defesa Nacional que permitiu à estagiária compreender o contributo da instituição a o estudo da científico da estratégia para a segurança e defesa nacional, atendendo aos testemunhos dos diferentes Diretores e Subdiretores, essencialmente a historicidade em torno a sua fundação e percurso.

Primeiramente, o Professor Doutor Paulo Duarte apresentou, informou e esclareceu os diversos núcleos de trabalho com os quais a estagiária iria contactar diretamente durante o período de estágio, entre eles: SEREP, NIFOR, NP, NE, NGRF, NGRH, NGRML, NGD, aos demais colaboradores e assessores do IDN incluindo as próprias instalações.

Esta introdução da estagiária a todos os colaboradores do Instituto, revelou-se de extrema importância para a criação de pontes essenciais que iriam contribuir para o desenvolvimento profícuo das relações interpessoais entre os diferentes estagiários e entre estes e todos os funcionários do Instituto, que, ademais, qualquer atividade profissional carece.

O IDN tem com missão primordial apoiar, consolidar e promover a formação de pensamento estratégico e de defesa nacional, assegurando o estudo, a investigação e divulgação das questões de segurança e defesa. Apresenta-se, com efeito, como um centro de produção de pensamento estratégico e de formação para questão de segurança e defesa.<sup>9</sup>

O IDN rege-se sobre um calendário bastante “rígido” programando anualmente as atividades a desenvolver no ano vindouro. Havendo picos de atividades, durante o segundo trimestre anual em que a estagiária de encontrava na instituição (primeiro semestre do ano) as atividades já estavam programadas, aproximadamente desde outubro do ano anterior.

Durante o percurso do estágio a azáfama de cursos e seminários não se fazia sentir pelos corredores da instituição. Relativamente aos eixos de prioridades, cumpre sublinhar que a estagiária esteve envolvida em atividades relativamente aos quatro, como se poderá ver seguidamente.

De forma a esquematizar e simplificar o que decorrerá no presente subcapítulo, a estagiária recorreu durante o período de estágio a elaboração de uma tabela de forma a simplificar a descrição e análise das atividades desenvolvidas, ordenadas cronologicamente, durante o período de estágio curricular no IDN conforme ilustra a tabela 1<sup>10</sup>.

DATA	ATIVIDADE	CORD.	ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE NO QUADRO DE A.E.	FUNÇÕES ESTAGIÁRIA	CONTRIBUTO DA ATIVIDADE PARA O ESTÁGIO	BALANÇO DE ATIVIDADE

### Quadro constante no Anexo A

Tabela 1 - Quadro descritivo das atividades de estágio

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>9</sup>Quatro de Atribuição e Responsabilidades de 2017: [http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/quar\\_2017.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/quar_2017.pdf) [30 de agosto de 2018]

<sup>10</sup> V. Anexo A - Quadro de atividades de estágio

### 3.3.1. Eixo Estratégico de Sensibilização

#### **“Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?”**

No dia 31 de janeiro realizou-se, no Instituto da Defesa Nacional (IDN), o Seminário Internacional denominado “Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?”. O Seminário constou de um painel, seguido de debate, moderado pelo Prof. Bruno Cardos Reis e tendo como conferencistas o Coronel António Pinheiro, o Dr. Pedro Seabra e o Professor Sami Faltas. À estagiária foi-lhe incumbida de fazer, em conjunto com as demais estagiárias, os cartazes de promoção da atividade, convites a entidades funções de apoio aos conferencistas. Esta atividade inseriu-se no objetivo estratégico de sensibilização. A estagiária apoiou na sensibilização dos grupos-alvo para o envio de elementos à frequência do seminário; assegurou a receção dos conferencistas; controlou a assiduidade dos auditores nas diversas atividades; atualizou a plataforma *moodle* com a documentação facultada pela direção do seminário e pelos conferencistas; participou em todas as atividades previstas no programa do seminário.

A atividade contribuiu de forma positiva para a formação da estagiária, proporcionando-lhe espaços de contato com figuras de elevado prestígio dos quadros das Forças Armadas, do meio académico, da investigação; produção de conhecimento sobre os temas em questão, dada a panóplia de conferências e da qualificação dos seus conferencistas; formação profissional no quadro do planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz do seminário é no geral positiva. A atividade constituiu mais um instrumento ao dispor da sociedade, promovendo uma reflexão sobre as questões associadas à “construção para a segurança em África”.

O balanço da contribuição para a realização da primeira atividade levada a cabo pela estagiária para uma fase inicial, torna-se bastante importante para a compreensão do tipo de atividades que irá se realizar ao longo de todo período do estágio.

#### **“II Seminário Nacional IDN Jovem 2017”**

No âmbito do eixo estratégico “Sensibilização”, foi realizado entre os dias quatro de cinco de abril de 2017, o “II Seminário Nacional IDN Jovem 2017”, em que a estagiária foi convidada pelo coordenador Coronel Campos a participar, com a contribuição e apresentação de um *Paper*. Dentro dos temas propostos para o “II Seminário IDN Jovem

2017” foi eleito pela estagiária o tema, “Economia e Defesa Nacional” o qual serviu de base para a primeira parte da presente investigação.

O papel da estagiária nesta atividade não foi de coordenação e colaboração à organização do evento, mas de participante com o contributo ativo. Desta forma, a estagiária pode ter assim, oportunidade de fazer uma publicação pela instituição em que estagiou.

O balanço que a estagiária atribui a esta atividade, numa parceria IDN e Universidade do Minho, não poderia ser mais positiva, pela conjuntura das atividades, pela abrangência das temáticas subjacentes, agregando uma panóplia de temas relacionadas à defesa nacional e estratégia, tanto a nível nacional, quanto a nível internacional, pelo planeamento e coordenação com elevado rigor e exigência, o IDN sempre prestou máxima assistência e zelo por todos os comentadores e auditores. Este modelo de seminário que o IDN, todos os anos organiza em parceria com uma Universidade, em prol da formação e sensibilização da sociedade para as questões da segurança, defesa e estratégia é de enorme prestígio e valor, pois serve como apoio para o desenvolvimento científico.

No âmbito deste projeto é concedido aos estudantes, aos recém-diplomados e aos investigadores, através da elaboração de um artigo científico, sujeito a avaliação de comentadores especialistas nos diversos temas propostos dentro do “II Seminário IDN Jovem 2017”, e, por conseguinte, a seleção dos melhores *Papers* para a publicação no IDN Cadernos nº25<sup>11</sup> (Almeida, Sousa, & Abel, 2017). Num país onde as publicações científicas são uma quimera, distante das possibilidades dos estudantes, o IDN posiciona-se como centro de promoção de pensamento estratégico para as questões da segurança, defesa e estratégia.

### 3.3.2. Eixo estratégico da Investigação

#### **“Brexit: Consequences of the EU, the NATO and Portugal”**

Durante a segunda metade do mês de fevereiro e o decorrer do mês de março, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades inerentes aos Seminário Internacional subordinado ao tema “Brexit: Consequences of the

---

<sup>11</sup> V. anexo B: Publicação IDN Cadernos nº 25, no âmbito do II Seminário IDN Jovem intitulado “Do Papel Regulador da OMC à Defesa do Estado-Nação: Defesa Nacional vs. Economia Global”. Artigo disponível também online em: [https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos\\_25.pdf](https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos_25.pdf) (páginas 145-161)

EU, the NATO and Portugal”, sob a coordenação do Coronel Alberto Marinheiro. A atividade inseriu-se na missão de investigação do IDN, em que a estagiária, em conjunto com as demais estagiárias, realizou os primeiros contatos com os conferencistas nacionais e internacionais, através da elaboração dos convites formais, de modo a garantir o normal funcionamento do seminário. A estagiária também colaborou na elaboração das notas bibliográficas sobre os conferencistas, bem como todo material gráfico de apoio ao seminário, auxílio na redação da locução da sessão de abertura e do encerramento do seminário. Assegurou a recepção dos conferencistas, e apoio na locomoção dos mesmos.

O Seminário Internacional “Brexit: Consequences of the EU, the NATO and Portugal” teve uma especial importância no alcance de um dos objetivos do estágio da estagiária, por conferir um instrumento de reflexão ligado à área de formação da estagiária - Relações Internacionais. O conhecimento adquirido por meio do Seminário Internacional pode acrescentar um espaço em que a estagiária teve a oportunidade de desenvolver os *networkings* profissionais com conferencistas internacionais de alto relevo. A estagiária, pode também, amadurecer a sua capacidade de refletir e pensar as questões subjacentes à esta atividade, adicionando ainda, proporcionando um momento de desenvolvimento do seu domínio da língua inglesa, bem como a capacidade de argumentação no que confere às questões ligadas ao Direito da União Europeia.

Acrescentando a este contributo fundamental que o Seminário concedeu a estagiária, o Seminário teve, mais uma vez, um papel de promotor de conhecimento e esclarecimento para a sociedade civil em prol da investigação para as questões hodiernas das Relações Internacionais que servem como instrumento de reflexão às questões ligadas a esta nova realidade europeia. Durante os trabalhos, as atividades proporcionaram à audiência uma clareza das consequências da saída de um “casamento sem divórcio”.

Desta forma, a avaliação que a estagiária atribui a esta atividade é em suma positiva, pela sua conjuntura, por sua temática bastante atual e pela coordenação no planeamento com elevado rigor e exigência, a qual o IDN nos habitou e faz disso a sua bandeira.

#### **Seminário Internacional “Islamist Movements in the Middle East, North Africa and the Sahel”**

No dia 20 de junho de 2017, a estagiária colaborou no funcionamento e planeamento das atividades inerentes do Seminário Internacional “Islamist Movements in the Middle East, North Africa and the Sahel”, sob coordenação do Coronel Alberto Marinheiro. Esta atividade também está inserida nos objetivos estratégicos do IDN,

conferentes à investigação, onde a estagiária colaborou no contato com os conferencistas estrangeiros através da redação dos convites formais e envio de todas indicações, com o propósito de garantir toda a informação necessária para a sua presença na conferência. Em todos os eventos levados a cabo pelo IDN são produzidos suportes informativos, com notas bibliográficas sobre os conferencistas aos auditores, bem como a produção de mapas gráficos para auxiliar no acompanhamento das sessões, em articulação entre o Gabinete de Edições e os Estagiários.

Durante as atividades do Seminário, a estagiária assegurou a recepção aos conferencistas, onde teve a oportunidade de estabelecer contatos com conferencistas estrangeiros e nacionais. A estagiária esteve, ainda, encarregue da locução da sessão de abertura e encerramento, conferindo *skills* que tal função despende.

Esta atividade proporcionou, uma vez mais, o contato direto com as diferentes perspectivas das questões abordadas, contribuindo para o enriquecimento a nível cultural, pessoal e profissional.

Desta forma, a avaliação que a estagiária faz a este Seminário Internacional é bastante positiva, não só pela conjuntura de atividade e temática subjacente, pela pertinência temporal do tema e pelo planeamento de elevado rigor e exigência.

### 3.3.3. Eixo de objetivos de Formação

#### “BRICS e a Ordem Internacional”

No dia 21 de fevereiro, a estagiária colaborou para o funcionamento da atividade no ciclo de seminários sobre os “BRICS e a Ordem Internacional”, em estreita coordenação entre o IDN e o IPRI, “A Federação Russa no Sistema Internacional”, fazendo parte do conteúdo programático do CDN 2016/2017. Esta atividade está inserida em um dos eixos primordiais do IDN, a Formação - Curso de Defesa Nacional.

Este Curso é de especial relevância para o Instituto, que promove anualmente o curso de Defesa Nacional, dirigido a elites dirigentes, a quadros superiores da administração públicas, académicos, empresários, jornalistas, quadros superiores das forças armadas e serviços de segurança, representantes de partidos políticos e organizações sindicais, bem como outras instituições representativas da sociedade portuguesa.

O Curso abrange um vasto leque de matérias nos domínios da estratégia e da segurança e defesa, assim como da Ciência Política e Relações Internacionais, sendo este sujeito a um processo de seleção de candidaturas. O curso tem em vista a promoção do conhecimento aprofundado dos problemas fenómenos associados a segurança e defesa, fomentar a formação para a cultura estratégica de defesa e segurança, habilitando os cursistas à uma cidadania plena e efetiva. Desenvolvendo assim, capacidades analíticas e críticas que potenciarem a participação ativa na reflexão e produção de segurança e envolvimento de competências científicas específicas dos domínios da segurança e defesa, bem como domínios conexos.

A estagiária assumiu um papel de supervisão das atividades protocolares, assegurando ao nível da execução do programa, durante o decorrer das diversas atividades.

Do ponto de vista da estagiária, as atividades relativas ao Ciclo de Seminários sobre os BRICS proporcionaram-lhe um contraste de visões sobre o posicionamento da Federação Russa, na região e no mundo, proporcionando instrumentos de análise e metodologias para a compreensão atual das dinâmicas regionais.

A sessão integrou um leque de atividades bastante positivas que o IDN organiza em prol da formação da atividade para a reflexão das problemáticas associadas às questões de segurança e da estratégia internacional em questões de regionalismos e conflitos, colocando a disposição dos seus participantes mais um instrumento de conhecimento e abordagem analítica.

A acrescentar às atividades no âmbito dos quatro eixos, a estagiária este ainda empenhada no VIII Curso de Gestão Civil de Crises 2017.

Com efeito, ao longo dos meses de março, abril e maio a estagiária foi convocada a colaborar no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades ligadas ao primeiro, segundo e terceiro módulos do VIII CGCC, 2017, sob a coordenação do Coronel Jorge Campos. Este curso tem por finalidade contribuir para a sensibilização e formação de quadros superiores de estruturas do Estado e da sociedade civil, capacitando os seus intervenientes para questões relacionadas com crises em ambientes multilaterais.

O curso proporcionou à estagiária contato direto com o planeamento e coordenação deste tipo de eventos. A estagiária teve, ainda, a oportunidade de participar de todas as conferências previstas, inclusivamente a Conferência Internacional Aberta do dia três de março, subordinada ao tema " The overall strategy for the European Union's foreign and Security policy", contando com a presença da Professora Doutora Nicoletta Pirozzi do

Instituto Affari Internazionali de Roma, que discursou sobre o tema da Segurança Internacional, tema de especial importância para a estagiária.

Como foi mencionado, o VIII Curso de Gestão Civil de Crises desenvolveu-se em três módulos. O primeiro módulo foi subordinado ao tema “A União Europeia e a Gestão Civil de Crises”, num segundo módulo “participação de Portugal e o planeamento de uma operação de gestão de crises no âmbito de União europeia” ambos os módulos com sessões essencialmente expositivas e de discussão, enquanto o terceiro e o último módulo, para além dos testemunhos de participação portuguesa neste tipo de missão, tiveram um carácter mais prático com realização de exercícios de aplicação pelos auditores no planeamento de uma missão de gestão de crise internacional no âmbito da União Europeia ao longo de três dias.

Para esta atividade a estagiária esteve diretamente integrada, desde a coordenação até o acompanhamento do bom funcionamento das atividades, tendo como missão, a redação dos ofícios, convites formais a enviar para os conferencistas e entidades para a indigitação de elementos para frequência de cursos. Ocupou-se pela atualização da plataforma Moodle, com a documentação facultada pela direção do curso e conferencistas, apoiou na sensibilização e contacto com as entidades alvo à selecionarem elementos para a frequência do curso. Para a estagiária poder acompanhar um ciclo completo de um curso foi essencial perceber a intensidade e o ritmo de trabalho da instituição nos diferentes módulos, contribuindo para a formação profissional da estagiária no âmbito do planeamento e coordenação deste tipo de evento, realizando os objetivos traçados no projeto de estágio.

Ainda relativamente ao apoio da formação oferecida pelo IDN, a estagiária esteve empenhada no Curso 7º referencial de Educação para a Segurança Defesa e Paz.

Desde o início do estágio, a estagiária foi chamada a colaborar na organização, planeamento e funcionamento da 7ª Ação de Formação “Segurança, Defesa e Paz: Um Projeto de Todos para Todos. O Referencial para a Educação Pré-Escolar e para os Ensinos Básicos e Secundário” que decorreu no oitavo dia do mês de março vindouro a dezoito de março do mesmo mês, em coadjuvação com o diretor de Curso, o Professor Doutor António Paulo Duarte, em todas as tarefas inerentes à execução do curso. O Referencial para a Segurança a Defesa e a Paz constitui um documento para a implementação da Educação para a Segurança a Defesa e a Paz orientado para os diferentes níveis de ensino desde o Pré-escolar até ao Ensino Secundário.

Esta formação insere-se no desenvolvimento do projeto educativo entre o Ministério da Defesa Nacional - O Instituto da Defesa Nacional e a Direção-Geral de

Educação, inscrevendo-se no Plano de implementação do “Referencial” e visa capacitar professores dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Não Agrupadas do Distrito de Viseu para desenvolverem projetos educativos relacionados com o “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”. Inserindo-se também, no enquadramento das atividades para a Formação desenvolvidas pelo IDN.

A sétima Ação de Formação “Referencial de Educação para a Segurança, Defesa e a Paz” decorreu na Cidade de Viseu acolhendo quarenta e seis professores de vinte e três municípios. A formação foi dividida em três módulos, sendo estes classificados de módulo teórico, módulo teórico-prático e módulo prático. Abrangendo temas dos mais diferentes leques desde: a Segurança a Defesa e a Paz; O Contexto Internacional e o Quadro Nacional - A Mundialização e a Interdependência; A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz; As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança - O Quadro Institucional, Organização e Missões.

Sendo a estagiária residente no Distrito de Viseu foi destacada para supervisionar e dar apoio na sétima ação de formação a professores. A estagiária ficou responsável pela promoção e divulgação do curso, através do estabelecimento de contatos com entidades que intervieram no curso. Ficou encarregue no material bibliográfico de apoio a formação a ser entregue aos professores (programa, capas, cartazes, etc.). Elaborou em conjunto com o núcleo de planeamento, a logística de transportes dos formadores e da organização do evento. Foi incumbida de, no decorrer dos dias da formação, de ser o garante da abertura e encerramento seções, responsável pela marcação de presenças e recolha das avaliações de cada modulo cabendo-lhe um papel de coordenadora e participante das sessões de formação pois, assistiu a todas as conferências.

No módulo prático, a Ação de Formação contou com uma visita de estudo ao Regimento de Infantaria 14 de Viseu, onde os formandos conhecer o interior das instalações militares, bem como experienciar conhecer mais de perto o interior da realidade militar e, conseqüentemente, adquirir uma sensibilidade acrescida quanto à implementação do Referencial, onde a estagiária teve o privilégio de poder participar.

No final de cada Ação de Formação, foi solicitado aos professores que atribuissem uma avaliação sobre os conteúdos programáticos da mesma (7ª AFSDP), cabendo ainda à estagiária inserir e analisar esses dados recolhidos de forma a que o IDN identifique fraquezas que possam ser aprimoradas para as futuras Ações de Formação.

Para a estagiária, esta atividade serviu-lhe para desenvolver as suas aptidões profissionais no que confere ao know-how da organização deste tipo de evento de uma forma tão incorporada com a instituição. A avaliação desde evento não poderia ser mais

positiva tendo contribuído para cumprimento dos objetivos de formação da estagiária traçados para o seu estágio.

Todavia, do ponto de vista dos formandos, a avaliação não foi tão positiva quanto aos conteúdos programáticos, devido à sua extensão e exigência da carga horária da Formação, o que tornava pouco produtiva, na opinião dos formandos, as longas sessões de conferência. Em suma, o *feedback* atribuído na maioria dos formandos, não foi o mais esperançoso, principalmente no que diz respeito, não ao conteúdo, mas a aplicabilidade do projeto. Entretanto, foram recebidos pareceres positivos, por parte de alguns professores, que no final da formação apresentaram projetos a serem implantados nos agrupamentos de Escolas a que pertencem.

Dado ao sucesso da organização deste evento, a estagiária em cooperação com os demais estagiários comandou as operações para as subseqüentes “VIII e IX Ações de Formação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, calendarizadas para os meses de junho e julho, na cidade, de Vila Real a vinte oito a seis de julho e em Viana do Castelo de três a treze de julho, correspondendo precisamente ao final do estágio da estagiária sempre com a supervisão do diretor do curso, o Professor Doutor Paulo Duarte.

Para estes dois eventos, a estagiária não se deslocou para apoiar no local as operações na formação, em Viana do Castelo e Vila Real, sendo esta responsável apenas pela preparação do evento. Socorrendo-se dos conhecimentos adquiridos na VII Ação de Formação para a Segurança, a Defesa e a Paz desenvolver as atividades relacionadas com o gerenciamento dos professores a assistir à formação. Envio e seleção de matérias (capas, bibliografia, folhas de presença, avaliações, etc.) a entregar aos professores para o acompanhamento das sessões. Elaborar em coordenação com o núcleo de planeamento os programas que regeram os módulos teórico, teórico-prático e prático.

Este tipo de evento exige elevado grau de sinergia entre os coordenadores dos diversos núcleos: núcleo de planeamento, núcleo de edições, diretor de curso e estagiários, para que as sessões operem conforme o programado requerendo da estagiária um pensamento tão rápido quanto a ação. As atividades realizadas no âmbito das três Ações de Formação em que a estagiária esteve envolvida foram de especial importância para o seu percurso no estágio, pois teve que lidar com situações imprevistas que não se aprendem sentadas nas cadeiras de nenhuma faculdade e estas ajudam-lhe a desenvolver competências no campo das relações interpessoais que serão essências para as atividades profissionais a desenvolver no futuro.

### 3.3.2. Atividades Suplementares

Durante o estágio foi atribuída à estagiária a responsabilidade de elaborar diversos históricos e bases de dados para a memória interna do IDN, essenciais para a manutenção e administração da Instituição, bem como fichas didáticas, no âmbito do Projeto “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” - ‘Segurança, Defesa e Paz: Um Projeto de Todos para Todos’, a serem compiladas num *e-book* em formato PDF, documento de apoio ao Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário (RESDP).

A estagiária estava envolvida na elaboração de todos os programas para “VII Ação de Formação para a Segurança, a Defesa e a Paz” e, a pedido do Capitão-de-Mar-e-Guerra Daniel Duarte, a estagiária ficou encarregue compilar dados informativos relativos ao Referencial (contatos de escolas, diretor de escola, professores, objetos concretizados, anteriores edições, etc.) de forma a se proceder à atualizadas, recolha e arquivação. Com as atividades, situadas fora dos quatro eixos estratégicos do IDN, a estagiária colaborou com o Capitão-de-Mar-e-Guerra Daniel Duarte no ‘Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz’ - ‘Segurança, Defesa e Paz: Um Projeto de Todos para Todos. Pretende-se que o Referencial seja instalado em todas as escolas do País, que queiram incorporar o projeto, destinado para a Educação pré-escolar e para os Ensinos Básico e Secundário’- a realizar em parceria com a Direção-Geral de Educação. As ações de formação realizadas constituem-se num curso de formação certificado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua que visa preparar, pedagogicamente e didaticamente, professores para lecionar o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. Trata-se de uma formação essencial para a implementação do referido Referencial. Assim sendo, sentiu-se a necessidade de fazer um levantamento de todas as atividades realizadas no âmbito do Referencial, desde o primeiro momento em que foi discutido as ideias relativas ao Referencial, no “I Curso de Cidadania e Segurança (CCS)”, em julho de 2011 no IDN em Lisboa e em simultâneo na Delegação do Porto.

Foi realizado no seguimento da elaboração deste primeiro histórico, uma pesquisa solicitada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Daniel Duarte com o intuito de analisar a natureza política, geográfica e tipográfica de todas as escolas e agrupamentos de seis Distritos espalhados pelo país, nomeadamente, Braga, Bragança, Faro, Guarda, Viana do Castelo e Vila Real, de modo a delinear uma estratégia de comunicação e implementação do Referencial para as inúmeras escolas situadas nestes Distritos.

Ainda no âmbito do “Referencial para a Segurança, a Defesa e a Paz”, a estagiária colaborou sob a coordenação do Professor Doutor António Paulo Duarte na elaboração de fichas didáticas para os ensinos básico e secundário na conceção de um documento de apoio ao “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” para alunos da

educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. As fichas didáticas consistem em exercícios de cariz pedagógico, elaborando perguntas divididas em quatro temas que se organizam em torno dos seguintes temas:

- Tema A - A Segurança, a Defesa e a Paz;
- Tema B - O Contexto Internacional e o Quadro Nacional - a Mundialização e a Interdependência;
- Tema C - A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz;
- Tema D - As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança - O Quadro Institucional, Organização e Missões.

Os temas foram divididos entre os estagiários, sendo a estagiária pedida a colaborar com exercícios para os Temas B e C para o terceiro ciclo do ensino básico.

Durante o mês de abril e maio foi proposto pelo Professor Doutor António Paulo Duarte a realização de uma pesquisa histórica bibliográfica na Revista Militar, dos anos compreendidos entre 1900 a 1924, com vista a analisar e fazer um levantamento de todas as notícias e artigos de opinião relativos ao tema “Portugal em África”. Este pequeno trabalho contribuiu de forma positiva para o percurso que a estagiária se encontrou no IDN, contribuindo para a redação do presente trabalho e pelo conhecimento que proporcionou. Este pequeno contributo para um futuro trabalho para o Professor Doutor António Paulo Duarte foi, para a estagiária, extenso e trabalhoso, devido ao facto de o material de pesquisa e apoio estarem em documentos *PDF's* e requererem uma vasta leitura de vinte e quatro anos de um periódico quinzenal, em que houveram poucos dados recolhidos sobre o tema em questão.

### **3.4. Balanço dos trabalhos**

O trabalho desenvolvido pela estagiária no Instituto da Defesa Nacional, por mais redundante que possa parecer, cada curso, cada conferência, cada iniciativa desenha-se em características e traços próprios, não existindo um modelo de atuação geral que encaixa e defina em todas elas. Por isso, no IDN trabalha-se todos os dias para se adaptar aos novos desafios globais que estão em constante mutação, reinventando-se nas diferentes formas de se comunicar e de acolher a discussão das vertentes ligadas ao pensamento estratégico nacional.

Descritas as atividades executadas durante o período de estágio no Instituto da Defesa Nacional, importa dilucidar em que medida as atividades do estágio realizadas permitiram compreender e operacionalizar os princípios do Instituto da Defesa Nacional.

O IDN acolhe os estagiários, em praticamente todas as iniciativas que realiza, envolvendo-os em todos os seus projetos, captando todo o seu potencial e colocando-os a trabalhar tanto em conjunto, como em projetos individuais, sempre sob a supervisão do Coorientador de estágio e/ou assessores do IDN, de modo a que a aprendizagem se concretize de uma forma autônoma, no desenvolvimento de suas competências.

Entretanto existiram algumas esferas no Instituto da Defesa Nacional que a estagiária não teve a oportunidade de participar, como foi o caso da XXIX Reunião de Grupo de Estudos sobre a Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (RGEPESE), que decorreu no dia nove de fevereiro de 2017, a qual a Instituição já dispunha de três estagiárias encarregues do funcionamento da mesma. Para além dessa reunião, em que a estagiária não teve oportunidade de participar, houve ainda outras atividades, em que a estagiária gostaria de ter estado presente e não teve por ordem dos coordenadores de funcionamento, nomeadamente da Iniciativa 5+5 Defesa, realizada entre os dias dois de julho e sete do mesmo mês, decorrido nas Instalações do Instituto da Defesa Nacional, por motivos culturais dos convidados, foram destacados dois estagiários do sexo masculino em detrimento das estagiárias do sexo feminino, para coordenarem o funcionamento das atividades das sessões, bem como, a receção dos convidados e dos conferencistas.

No entanto, e apesar do pouco contato com a generalidade dos Grupos de Estudo e com a Iniciativa de cariz de Cooperação Internacional "5+5", considera-se que, ao nível geral, a estagiária colaborou com praticamente todas as áreas e eixos estratégicos integrantes do Instituto da Defesa Nacional, permitindo-lhe por em prática a bagagem teórica e estratégica pela qual o IDN se rege.

Num balanço geral, a avaliação das atividades é bastante positiva, não só para sua importância no palco do pensamento estratégico nacional, no fomento da investigação nos domínios das Relações Internacionais na Segurança e na Defesa Nacional, mas também pelas mais-valias que trouxe para a estagiária no que concerne ao conhecimento obtido pela envolvimento nas diversas atividades que esteve destacada, pelo estabelecimento de contatos com diversas entidades e realidades tanto no panorama nacional como internacional, mas principalmente pelo leque de experiências protocoladas e da área das Relações Internacionais se suma importância para o percurso da estagiária, a nível pessoal e profissional.

O facto do IDN proporcionar através de protocolos de estágio para alunos formados nas áreas das Relações Internacionais, bem como, de Estudos Europeus entre outras, sejam eles de Universidades portuguesas ou estrangeiras, torna-se uma mais-valia para a própria Instituição, podendo os alunos congratulados com o estágio, aplicar todo o conhecimento adquirido nos percursos académicos e das suas consciências sobre as problemáticas globais de segurança, económicos e de defesa. Contudo, estes "sangue-novo" urge como uma

latência de por o conhecimento em prática acrescentando valor à instituição com novas ideias e estratégias inovadoras no sentido de melhorar o serviço público nacional.

Neste sentido, a cooperação entre as duas instituições, a Universidade da Beira Interior e o Instituto de Defesa Nacional, se concretizam num jogo de soma positiva, fazendo alusão a um conceito da Teoria dos Jogos, de Morgenstern e John Von Neumann Orkar<sup>12</sup>. Em particular esta oportunidade de contatar com a realidade ao nível institucional funde-se com a ligação da teoria e prática.

---

<sup>12</sup> Tradicionalmente, a aplicação da Teoria dos Jogos, remontamos à escola realista, formulando premissas onde os Estados são colocados como os principais atores no palco do sistema internacional, movidos pela manutenção do poder e da segurança.

# Considerações Finais

O presente relatório de Estágio procurou analisar os impactos da globalização na segurança económica dos Estados e, simultaneamente, divulgar as atividades da mestranda durante o período de estágio no IDN. Com efeito, o primeiro e segundo capítulo, surgem efetivamente da componente de investigação realizada durante o período de estágio que culminou na apresentação de um *paper* no II Seminário IDN Jovem e na sua posterior publicação intitulada “Do Papel Regulador da OMC à Defesa do Estado-Nação: Defesa Nacional vs. Economia Global”.

Com efeito, entre os objetivos do estágio encontravam-se, não apenas a realização de tarefas no âmbito do IDN, mas também a investigação e aprofundamento relativamente ao impacto que o processo de Globalização tem revelado na Segurança económica dos Estados. Esta investigação não aborda de forma integral todas as questões relacionadas com a salvaguarda dos interesses nacionais, nem mesmo todas as questões relacionadas com a globalização, por manifesta falta de tempo e espaço. Procura, fundamentalmente, perceber de que forma as teorias da globalização têm contribuído para o estudo da segurança e defesa nacional e os constrangimentos que lhe apresenta. Assim, o estudo foca-se, em particular, na salvaguarda dos interesses económicos nacionais no âmbito da estratégia de segurança e defesa nacional.

Neste sentido, torna-se pertinente uma análise crítica a todas as questões propostas ao longo deste projeto de investigação.

## *Da Soberania dos Estados-Nação à era das Instituições Supranacionais.*

Como fenómeno económico à escala mundial, a globalização impulsionou um novo paradigma à luz da definição de soberania dos estados sobre a sua própria economia interna e externa e da necessidade da sua redefinição quanto ao seu papel no palco das relações internacionais. A Globalização fez emergir novos atores no palco das relações internacionais que impuseram o ritmo à economia, condicionando os Estados às demandas que as economias mundiais impunham. Neste novo cenário moldado pelas novas relações existentes, o mundo tornou-se menor, tornando todo tipo de comunicação mais acelerado, assim como todo e qualquer tipo de circulação de bens, pessoas e moedas, criando novas relações de poder entre política e economia.

Aparentemente esse novo panorama nas Relações Internacionais proporcionou mudanças nas esferas sociais, políticas e económicas a nível global, sejam elas positivas

ou negativas, afetaram as dinâmicas das instituições governamentais. Como forma de readaptação a este fenómeno, Nações por todo o mundo tenderam a integrar-se em blocos económicos, resguardando-se do protecionismo, já que o sistema mundo global pressupõem à auto-expansão. Ora o que leva a um paradoxo no modelo das políticas económicas/segurança, uma vez que, por um lado o ímpeto da globalização induz à crescente interdependência a um nível global e auto-expansivo, por outro refletiu numa tendência aos países aglomerando-se em blocos económicos gerando um outro fenómeno, o regionalismo.

Esta contra tendência hegemónica refletiu-se na aglomeração regional de vários Estados-Nação geograficamente estabelecendo em blocos económicos com vista a proteção das suas economias da instabilidade que a crise hegemónica e financeira dos anos oitenta proporcionou. Como resultado, estes blocos económicos levaram a uma Nova Ordem Económica Mundial. Neste sentido, o Estado-Português, a fim de ver salvaguardados os seus interesses nacionais viu-se compelido a integrar em um bloco económico.

Neste contexto, colocou-se a salvaguarda do interesse nacional na integração de Portugal ao bloco económico europeu como forma de se auto-proteger das ameaças externas num ambiente anárquico do sistema internacional. Afirma-se que esta integração regional foi impulsionada pelo colapso Hegemónico dos EUA para a Segurança Económica Internacional. Como foi referido ao longo deste relatório e tendo presente a instabilidade hegemónica vivida nos anos sessenta, a qual causaria insegurança aos Estados levando-os a integrar as suas economias em blocos económicos. Tendência seguida por diversos países do atual sistema internacional. No caso de Portugal, este viu-se incluído no projeto europeu onde protagoniza o seu papel nas políticas e diretrizes europeias a par com mais vinte sete países, moldando-se a um objetivo comum - assegurar a segurança transversalmente entre todos. Relativamente à salvaguarda dos interesses nacionais, enquadrados nos interesses europeus, verifica-se que Portugal procura ver espelhados os seus interesses moldando-os aos interesses europeus através da sua presença nas instituições europeias.

#### *Análise das atividades estágio curricular IDN*

No que se refere ao estágio curricular no Instituto da Defesa Nacional, que serviu de força motriz na construção deste relatório e como epicentro do mesmo, importa referir

que a Instituição de acolhimento foi elo fundamental a nível académico, pessoal e profissional.

O estágio no IDN apresentou-se como um centro de estudos das Relações Internacionais, no que diz respeito às questões de Defesa e Segurança Nacional. Também a estrutura disponibilizada pelo IDN para o aprofundamento destas questões e o contacto direto com líderes nacionais e internacionais promoveu um enriquecimento, tanto para o relatório, quanto para a estagiária, que se sente, hoje, mais próxima e com maior conhecimento das várias questões relacionadas com a Segurança e Defesa.

O tipo de estágio, como o desenvolvido na Instituição acolhedora, torna-se relevante a nível académico, pelo facto de se constituir uma porta para a investigação ao nível das Relações Internacionais, pelo elevado valor que acrescenta a quem o realiza, tornando-se uma mais-valia, tanto pela experiência adquirida, como pelo prestígio ao nível profissional e pessoal tornando-se uma enorme vantagem tanto ao nível da empregabilidade como também ao nível pessoal. A oportunidade de obtenção de conhecimentos numa vasta área de estudo estratégico nacional, em consolidação com os valores da instituição, revelou-se extremamente enriquecedor.

No que concerne ao estágio, propriamente dito, considera-se que superou as expectativas. Foi possível trabalhar nas diversas áreas das Relações Internacionais, e ainda adquirir competências ao nível das dinâmicas protocolares que esta instituição adota. A formação diária por parte, quer do coorientador do estágio Professor Doutor António Paulo Duarte, quer de todo os operacionais da instituição, foi uma constante ao nível da obtenção de competências ao longo de uma aprendizagem contínua do estágio. Tendo em conta a diversidade das atividades, contribuíram para um *know-how* em diversas áreas distintas, através da presença em inúmeros cursos e conferências, e, não obstante, o aperfeiçoamento de competências profissionais nas diversas funções desempenhadas, a aquisição de *networking*, representando desta forma um leque de vantagens absorvidas pela estagiária.

A participação em numerosas atividades desenvolvidas pelo IDN adveio uma forte vantagem ao nível da organização e planeamento de eventos, contato com especialistas nacionais e internacionais das mais diversas áreas de conhecimento, representantes oficiais de outros Estados, potencializando o desenvolvimento das competências comportamentais transversais. A compreensão do funcionamento da instituição e a sua completa inserção,

adaptabilidade realizou-se por meio da sinergia entre a estagiária e a equipa que compõe a instituição, contribuindo para um ótimo desempenho das atividades desenvolvidas.

Não obstante todo o trabalho realizado pelo IDN, pretendesse também apontar direções que poderão melhorar, ainda mais, o trabalho realizado pelo Instituto. Assim, sugere-se que o Instituto reveja as suas linhas de investigação e que inclua num novo plano de atividades, a Segurança Económica Nacional, ao nível da estratégia para a defesa nacional, ora através de projetos de investigação sobre o tema da segurança económica, usando o seu papel sensibilizador da sociedade portuguesa, para as questões da segurança e defesa nacional, ao nível da opinião pública fomentar no âmbito da promoção do debate público, ora através da formação.

Sugere-se, ainda, que o departamento responsável pelas publicações online reveja os critérios de cedência de material que tem publicado, pois no que respeita a publicações edições Atena são escassas as edições disponibilizadas integralmente online, ao passo as demais edições IDN encontram-se, na sua íntegra, online. Enquanto estagiária, tal não constituiu um problema, pois eram facultados livros recorrendo à biblioteca do IDN, onde poderia requisitar livremente qualquer tipo de obra que necessitasse; por fim propõem-se que se proceda uma atualização dos protocolos tabelados com instituições, nomeadamente, com as universidades na perspetiva de alteração dos regimes de estágio de modo a concertar uma compensação em conformidade com atividade que os estagiários prestam à instituição.

A um nível geral, cabe ao Instituto fazer uso da sua projeção e relevância, enquanto principal plataforma de estudo da estratégia para a segurança e defesa nacional, reforçar a sua imagem e visibilidade. Torna-se, portanto, necessário uma melhoria na divulgação da informação e comunicação, dotando o Portal do IDN com instrumentos mais atualizados, por via a reforçar a aproximação e sensibilização da sociedade portuguesa das questões que dedica e das funções importantes que desempenha.

# Bibliografia

Almeida Filho, N. (2013). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea.

Almeida, E., Sousa, G., & Abel, R. (Abril de 2017). Do Papel Regulador da OMC à Defesa do Estado-Nação: Defesa Nacional vs. Economia Global. *IDN Cadernos*, pp. 145-161.

Almeida, P. R. (2002). O Brasil e os Blocos Regionais - Soberania e Interdependência. *São Paulo em Perspectiva*, 16(1), 3-16.

Almeida, P. R. (Jan/June de 2001). A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. *Revista Brasileira de política internacional*, 44, 112-136.

Boaventura de Sousa Santos[org.]. (2002). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora.

Boaventura Sousa Santos org. (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (764 ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Boaventura Sousa Santos org. (2002). *A Globalização e as Ciências Sociais* (2ª Edição ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Braudel, F. (1987). *A dinâmica do capitalismo*. (Á. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro: Rocco.

Chace, J. (1998). Bretton Woods II? *World Policy Journal*, 15(1), pp. 115-116.

Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais. (1996). *Para abrir as Ciências Sociais*. Lisboa: Europa-América.

Cox, R., & Sinclair, T. (1996). *Approaches to order world*. Cambridge: University Press.

Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro de 2014, *Diário da República*, I Série, n.º 250, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2014, disponível em:

[https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105737280/201809291925/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105737280/201809291925/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice) [15 de setembro de 2018]

Decreto-Lei nº 46/88 de 11 de fevereiro de 1988, Diário da República, I Série, nº 35, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1988/02/03500/04810487.pdf> [15 de setembro de 2018].

Decreto-Lei nº 48146 23 de dezembro de 1967, Diário da República, I Série, nº 301, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1967. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/212927> [15 de setembro de 2018].

Decreto-Lei nº 635/74 de 20 de novembro de 1974, Diário da República, I Série, nº 270, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1974/11/27000/14031403.pdf> [15 de setembro de 2018].

Decreto-Regulamentar nº 07/15 de 31 de julho de 2015, Diário da República, I Série, nº 148, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2015. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/69920244> [15 de setembro de 2018].

Decreto-Regulamentar nº 41/91 de 16 de agosto de 1991, Diário da República, I Série-B, nº 187, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1991/08/187B00/41714178.pdf> [15 de setembro de 2018].

Dreher, A. (2006). Does globalization affect growth? *Applied Economics*, 10(38), pp. 1091-1110.

Fernandes, A. H., Borges, J., Pereira, P., Menezes, L. C., Pinheiro, A., & Paradelo, A. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos.

Ferreira, P. M. (Outubro de 2018). "Modelo economico" Integração, Independência de Portugal. *Negócios Estrangeiros*, pp. 96-132.

Frankel, J. (1998). *The Regionalism of the World Economy*. Chicago: University of Chicago Press.

Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade* (5ª reimpressão ed.). (R. Fiker, Trad.) São Paulo: UNESP.

Giddens, A. (1999). *A Terceira Via* (1ª Edição ed.). (M. X. Borges, Trad.) Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

Gill, S. (Ed.). (1994). *Gramsci, Historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gilpin, R. (2000). *The Challenge of Global Capitalism: The World Economic in the 21st Century*. New Jersey: Princeton University Press.

Gilpin, R. (2002). *A Economia Política das Relações Internacionais*. (E. U. Brasília, Ed., & S. Bath, Trad.) Brasília, Brasil: Editora Universidade de Brasília.

Gonçalves, E. (2010). *Princípios da Razão de Estado em O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. [http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/EugenioMattioliGoncalves\(9\).pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/EugenioMattioliGoncalves(9).pdf)

Governo de Portugal. (05 de abril de 2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa.

Hart, J., & Prakash, A. (2004). *Globalization and Governance*. London e New York: Routledge.

Held, D., & McGrew, A. (2005). *The global transformations reader: an introduction to the globalization debate* (2ª Edição ed.). Cambridge e Malden: Polity Press.

Hermenegildo, R. S. (abril de 2016). *Interesse Nacional e Soberania no plano europeu: ainda são compatíveis?* *Revista Militar*, pp. 401-420.

Hurrell, A. (1995). *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. *Contexto Internacional*, 1(17).

IDN. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013 - Contributos e Debate Público*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- Instituto da Defesa Nacional. (2010). Relatório de Atividades 2010.
- Instituto da Defesa Nacional. (2013). Defesa Nacional no Contexto da Reforma das Funções de Soberania do Estado. Policy Paper, Lisboa.
- Instituto da Defesa Nacional. (2017). IDN Plano de Atividades 2017. Lisboa.
- López Segrera, F. (1998). Los Retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio Dos Santos. Caracas: UNESCO/CRESALC.
- Marini, R. (1973). Dialética da Dependência. (M. Carcanholo, Trad.) México: Era.
- Nye Jr, J. (2001). Globalization's Democratic Deficit. *Foreign Affairs*, 80(4), pp. 2-6.
- Pinheiro, A., & Paradelo, A. (2005). Segurança e Defesa em Portugal. Em *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Pureza, J. (Outubro de 2002). Quem governa? Portugal e as novas teias da governação global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (63), pp. 99-105.
- Queiroz, M. (1994). O Caráter Multidisciplinar da Defesa Nacional e a Articulação Interministerial. *Nação e Defesa*, 71, 29-44.
- Reis, B. C. (2013). Pilares da Estratégia Nacional. *IDN Cadernos*, 9.
- Richard, Y. (2014). Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Confins* (20).
- Rosseau, J., & Czempiel, E.-O. (2000). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. (S. Bath, Trad.) Brasília: UnB.
- Santos, B. (2002). The Processes of Globalisation. *Eurozine*.
- Santos, M. (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

Silva, A. C. (2016). Como Exercer Soberania Hoje? Políticas Públicas e o Papel do Estado no Século XXI.

Stiglitz, J. (2002). Globalization and Its Discontents. New York e London: W.W. Norton & Company.

Telo, J., Teixeira, N. S., Santos, F. D., Soromenho-Marques, V., Vitorino, A., Mozzicafreddo, J., . . . Moreira, A. (2010). Pilares da Estratégia Nacional. (E. Prefácio, Ed.) Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

The Commission on Global Governance. (1995). Our Global Neighbourhood: The Report of the Commision on Global Governance. Oxford University Press.

Veríssimo, H. (2005). Economia e Defesa - A Defesa Económica como Componente da Defesa Nacional. Nação e Defesa, 110, 167-189.

Wallerstein, E. (1974). The Modern World-System I. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Wallerstein, E. (1994). As agonias do liberalismo. Lua Nova(34). doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994000300008>

Wallerstein, E. (2001). Capitalismo histórico e civilização capitalista.

## Anexos

---

## Anexo A - Quatro de Atividades

DATA	ATIVIDADE	CORD.	ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE NO QUADRO DE A.E.	FUNÇÕES ESTAGIÁRIA	CONTRIBUTO DA ATIVIDADE PARA O ESTÁGIO	BALANÇO DE ATIVIDADE
31 de janeiro de 2017	Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?		Sensibilização	Cartazes de promoção da atividade, convites a entidades e funções de apoio aos conferencistas.	Networking, aprofundamento sobre o tema, experiência no planeamento e coordenação de eventos	Positivo.
05 de abril de 2017	II Seminário Nacional IDN Jovem 2017	Coronel Campos	Sensibilização	Participante com o contributo ativo.	Publicação pela instituição em que estagiu em IDN Cadernos, n.º 25.	Positiva
2.ª metade de Fev - Mar	Brexit: Consequences of the EU, the NATO and Portugal	Coronel Alberto Marinheiro	Investigação IDN	Primeiros contactos com os conferencistas nacionais e internacionais; elaboração das notas bibliográficas sobre os conferencistas, bem como todo material gráfico de apoio ao seminário, auxílio na redação da locução da sessão de abertura e do encerramento do seminário. Assegurou a receção dos conferencistas, e apoio na locomoção dos mesmos.	Papel de promotor de conhecimento e esclarecimento para a sociedade civil em prol da investigação para as questões hodiernas das Relações Internacionais que servem como instrumento de reflexão às questões ligadas a esta nova realidade europeia	Positiva
20 de Junho de 2017	Islamist Movements in the Middle East, North Africa and the Sahel	Coronel Alberto Marinheiro	Investigação IDN	Contacto com os conferencistas estrangeiros através da redação dos convites formais e envio de todas indicações; a produção de mapas gráficos para auxiliar no acompanhamento das sessões, em articulação entre o Gabinete de Edições e os Estagiários.	Receção de conferencistas, encarregue da locução da sessão de abertura e encerramento.	Positiva.
21 Fevereiro de 2017	BRICS e a Ordem Internacional		Formação	Supervisão das atividades protocolares, assegurando ao nível da execução do programa, durante o decorrer das diversas atividades.	Bom funcionamento das atividades a serem desenvolvidas.	Positiva.
Mar - Mai de 2017	VIII Curso de Gestão Civil de Crises 2017	Coronel Jorge Campos	Formação	Participar de todas as conferências previstas; diretamente integrada, desde a coordenação até o acompanhamento do bom funcionamento das atividades, tendo como missão, a redação dos ofícios, convites formais a enviar para os conferencistas e entidades para a indicação de elementos para frequência de cursos. Ocupou-se pela atualização da plataforma Moodle, apoiou na sensibilização e contacto com as entidades alvo à selecionarem elementos para a frequência do curso.	Planeamento e coordenação deste tipo de evento, realizando os objetivos traçados no projeto de estágio.	Positiva.
08/Mar - 18/Mar	VII Ação de Formação "Segurança, Defesa e Paz: Um Projeto de Todos para Todos. O Referencial para a Educação Pré-Escolar e para os Ensinos Básicos e Secundário"	Professor Doutor António Paulo Duarte	Formação	Supervisionar e dar apoio na sétima ação de formação a professores, promoção e divulgação do curso, encarregue no material bibliográfico de apoio a formação a ser entregue aos professores (programa, capas, cartazes, etc.), elaborou em conjunto com o núcleo de planeamento, a logística de transportes dos formadores e da organização do evento, garante da abertura e encerramento seções, responsável pela marcação de presenças e recolha das avaliações de cada módulo cabendo-lhe um papel de coordenadora e participante das sessões de formação.	Know-how da organização deste tipo de evento.	Positiva para a estagiária, negativa para os formandos.
Jun - Jul	VIII e IX Ações de Formação para a Segurança, a Defesa e a Paz	Professor Doutor António Paulo Duarte	Formação	Responsável apenas pela preparação do evento. Envio e seleção de matérias (capas, bibliografia, folhas de presença, avaliações, etc.) a entregar aos professores para o acompanhamento das sessões. Elaborar, em coordenação com o núcleo de planeamento, os programas que regeram os módulos teórico, teórico-prático e prático.	Aprender a lidar com situações imprevistas que não se aprendem sentadas nas cadeiras de nenhuma faculdade e estas ajudam-lhe a desenvolver competências no campo das relações interpessoais que serão essências para as atividades profissionais a desenvolver no futuro.	Positiva.
	Referencial para a Segurança, a Defesa e a Paz		Formação e Sensibilização	Organizar e participar no planeamento e funcionamento do evento	Elaboração de fichas didática, compilação de material educativo, construção de base de dados.	Positiva.

## Do Papel Regulador da OMC à Defesa do Estado-Nação: Defesa Nacional *vs.* Economia Global<sup>1</sup>

Elsa de Almeida  
Guilherme Sousa  
Ricardo Abel

### Introdução

A Organização Mundial do Comércio (OMC) substituiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)<sup>2</sup> como o grande palco de conciliação e regulamentação multilateral de comércio. Atualmente, os 164 países signatários da OMC representam perto da totalidade do comércio global. Devido aos diversos impasses ocorridos em meados do século XX, no que se refere ao sistema de comércio multilateral, existiu uma tendência de reunir e regular o estabelecimento de poder económico numa só instituição, tornando assim o mercado mais competitivo e equilibrado. Com efeito, o papel dos Estados até 1947, economicamente soberanos, entra em conflito com um novo paradigma nas relações internacionais do comércio, caminhando-se no sentido de uma verdadeira, globalização económica. Pretende-se, com este trabalho, dilucidar os contornos que moldaram o percurso do GATT até à OMC e de que forma estas OI e Acordos estão diretamente relacionados com o enfraquecimento da defesa nacional, tendo em conta os processos com os quais estas estruturas afetaram as diversas nações e atores internacionais, partindo da pergunta: qual a interferência da OMC na defesa nacional nos Estados globalizados e, em particular, no caso do Estado português.

### 1. Do GATT à OMC

Após a Segunda Guerra Mundial, surge a criação de uma nova ordem político-económica liberal, tida como necessária pelas potências ocidentais, com vista a fazer face à ameaça que os totalitarismos representavam para sistema internacional. As bases económicas dessa nova ordem – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Inter-

<sup>1</sup> Este texto foi revisto e sancionado exclusivamente pelos autores e *refere* do II Seminário IDN Jovem. O Núcleo de Edições do IDN declina qualquer responsabilidade na versão aqui publicada.

<sup>2</sup> GATT, General Agreement on Tariffs and Trade, fundada em 1947, sendo este substituído pela OMC, em 1995.

nacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>3</sup>, mais vulgarmente conhecido como Banco Mundial foram criados pelo Acordo de Bretton Woods (Bretton Woods Agreement)<sup>4</sup> de 1944.

Uma outra organização, com foco na estipulação de um sistema multilateral de comércio, seria a Organização Internacional do Comércio (OIC), não se materializou devido a divergências quanto à natureza do sistema de comércio. Por um lado, interessava aos EUA a anulação do imposto de importação e o término do sistema de preferências de comércio. Por outro lado, os países europeus, ainda em fase de recuperação de uma guerra, não podiam fazer frente à concorrência norte-americana, e, por isso, almejavam manter os seus sistemas preferenciais de comércio entre as colónias.

### 1.1. Desenha-se a Organização Internacional do Comércio

A Carta de Havana, escopo da Organização Internacional do Comércio em 1947, foi rejeitada pelos EUA que a transformou no GATT juntamente com outros 23 países. Em seu torno, cabe salientar que a criação de uma instituição verdadeiramente multilateral de comércio não interessava naquele momento aos EUA, por se constituir num bloqueio à sua supremacia económica e comercial face aos países europeus. Assim, fora criado um acordo entre as partes, em vez de uma organização em que os países tornar-se-iam membros.

Ao abrigo do GATT, estabeleceram-se oito rondas de negociações: Genebra (1947), Ancey (1949), Torkey (1950-51), Genebra (1956), em Genebra (1960-62), Genebra (1964-67), Tóquio (1974-79) e por último a ronda do Uruguai (1986-93) com a qual finalmente se instituiu a Organização Mundial do Comércio<sup>5</sup>.

Aquando da ronda do Uruguai em 1986, o GATT reunia 76 membros e outros 36 juntar-se-iam até 1995. As negociações do GATT, no princípio envolveram reduções tarifárias e tornaram-se, com o passar do tempo, também normativas, especialmente desde a ronda de Tóquio. Não foram apenas novos produtos que o GATT foi acrescentando aos seus acordãos, mas um elevado número de ajustamentos e regulamentações e mesmo distorções de regras, contribuindo para a sua transformação num verdadeiro labirinto jurídico.

Pode-se afirmar que “a história da transformação do GATT é uma história de acumulação de acordos”. Deste modo, a OMC manteve as premissas iniciais, a estrutura jurídica e os acordos mais primordiais do GATT, atualizados ou reformulados. No

3 International Bank for Reconstruction and Development.

4 As negociações para o estabelecimento de um Sistema Monetário Internacional (SMI) começaram entre os EUA e o Reino Unido, ainda no decorrer da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944. Os dois países tentaram estabelecer um padrão comum. O primeiro passo era garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda “congelada” ao dólar, com uma margem de variação de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro numa base fixa.

5 A criação de uma organização multilateral de comércio tornou-se muito mais interessante para os EUA e para os países europeus tendo em conta um mundo pautado por um sistema de pequeno e médio comércio internacional, bem mais interessante que a Organização Internacional de Comércio (OIC), em 1947.

entanto a vontade de tornar a OMC numa instituição com maiores poderes já estava presente na ronda Uruguai, tendo sido delegado no seu Tribunal poderes sancionatórios bem como medidas de retaliação contra os seus membros<sup>6</sup>. Deste modo, ficou ao critério da OMC a avaliação regular das políticas de comércio externo dos membros por meio de *Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais*.

A estrutura da organização encontrava-se assim mais autónoma, não se centrando apenas na mera redução de tarifas alfandegárias, introduzindo novas temáticas, produtos e normas de comércio, indiciando, pelo menos do ponto de vista formal e organizacional, a interferência nos assuntos económicos dos Estados.

## 1.2. Estrutura da Organização Mundial de Comércio

A OMC subdivide-se em três conselhos: bens, serviços e propriedade intelectual, alargando-se em comités de estudo e negociação.

Hierarquicamente, os três Conselhos estão subordinados a um Conselho Geral, e este, por sua vez, à Conferência Ministerial, composta pelos chanceleres e ministros da área económica de todos os países membros.

Com a nova ordem internacional o GATT estabelecem em 1947 um conjunto de normas gerais que iriam nortear e regular o comércio entre partes, entre elas:

- Tratamento Geral da Nação Mais Favorecida ("Regra de Não-Discriminação entre as Nações") Artigo I, ratificado pela OMC, diz que:  
"Todas as vantagens, favores, privilégios ou imunidades acordadas por uma parte contratante a um produto originário de um país ou com destino a ele serão, imediatamente e sem condições, estendidos a todo o produto similar originário ou com destino ao território de todas as outras partes contratantes. Isto aplica-se aos direitos aduaneiros e a toda e qualquer espécie de imposições aplicáveis à importação ou exportação" (Rabih Ali Nasser, p. 70, citado de *Guide des règles et pratiques du GATT*, cit., v. 1, p. 26).
- Lista das Concessões, presente no Artigo II do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, determina a regulamentação e formação das partes contratantes a uma lista de produtos e tarifas, que devem ser aplicadas às demais partes contratantes, tornando o mercado mais equilibrado;
- Tratamento Nacional, ou "Regra de Não Discriminação entre Produtos":  
"As partes contratantes reconhecem que as taxas e as outras imposições nacionais, assim como as leis, regulamentos e prescrições que afetam a venda, compra, transporte, distribuição ou utilização de produtos no mercado nacional, e os regulamentos quantitativos nacionais prescrevendo a mistura, a transformação ou a utilização em quantidades ou em proporções determinadas de certos produtos não deverão ser aplicadas aos produtos importados ou nacionais de maneira a proteger a produção nacional" (Rabih Ali Nasser, p. 70, citado de *Guide des règles et pratiques du GATT*, cit., v. 1, p. 26).
- Regra de Transparência, presente no artigo X do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio obriga a publicação de todos os regulamentos relacionados com o

<sup>6</sup> O GATT tornou-se um "mediador" entre as negociações dos membros a partir da ronda de Tóquio. No entanto, só em 1944 foi criada novas regras específicas como "Órgão de Solução de Controvérsias".

comércio para o conhecimento dos governos dos demais países e agentes de comércio externo.

- Eliminação das Restrições Quantitativas, presente no Artigo XI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio:

“Nenhuma parte contratante instituirá ou manterá à importação de um produto originário do território de outra parte contratante, à exportação ou à venda para a exportação de um produto destinado ao território de uma outra parte contratante, proibições ou restrições, e cuja aplicação seja feita por meio de contingentação, licenças de importação ou de exportação ou de qualquer outra natureza” (WTO, 2017). Desta forma restringe-se outros instrumentos protecionistas tais como quotas e barreiras não tarifárias, permitindo-se apenas as tarifas aduaneiras (salvo normas especiais para produtos agrícolas) (Rabih Ali Nasser, p. 70, citado de *Guide des règles et pratiques du GATT*, cit., v. 1, p. 26).

Também, e na sequência desse processo de negociação de tarifas (desde o GATT que se inicia bilateralmente) a “Regra do Maior Exportador”. Assim o maior exportador de um produto tem o direito de impor reduções de tarifas ao país importador. Pelo “Tratamento Nacional”, os países desenvolvidos beneficiam-se em relação aos menos desenvolvidos devido às tarifas por eles impostas. Isso traduz-se na competição, cada vez mais, desigual das partes. A “Regra de Restrição das Barreiras Quantitativas” tem sido desde a década de 1950, imposta pelos EUA através de quotas de importação sobre produtos primários, na sua maioria, para países subdesenvolvidos.

Com o incremento de poder da OMC face ao GATT, aquela organização aumentou o seu leque de poderes tais como acordos regionais de comércio, agricultura, serviços, propriedade intelectual, investimentos e meio ambiente. Durante as primeiras rondas do GATT, foram discutidas cláusulas especiais para os problemas agrícolas. Os produtos com maiores barreiras tarifárias eram os relacionados com os subsídios para regular quotas de importação, os ligados à saúde e cláusulas ambientais. Dentro das negociações na ronda de Doha, foram publicados aumentos de subsídio à agricultura dos EUA, gerando uma nova onda protecionista no seio da UE, originando novas negociações de políticas de subsídios.

Por fim, temas relacionados com o meio ambiente e comércio foram discutidos na ronda do Uruguai<sup>7</sup> em 1995. Ainda no âmbito do GATT, foi criado um Comité do Comércio e Meio Ambiente. No entanto, o foco de discussão até à ronda de Doha foi a agricultura e o meio ambiente. Ainda assim, sem nenhum poder regulador e sancionatório. Contudo, estabelecem-se a categorização de “bens e serviços” ambientais no seio das negociações comerciais.

7 Segundo a OMC, os Acordos da ronda do Uruguai contém 97 disposições de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, que podem ser classificados em seis categorias: (1) disposições com o sentido de aumentar as oportunidades de comércio; (2) disposições que requerem que os membros da OMC resguardem os interesses dos países em desenvolvimento membros da OMC; (3) flexibilidade para o cumprimento das obrigações; (4) períodos de transição; (5) assistência técnica; e por último (6) disposições relacionadas com medidas para ajudar os países de menor desenvolvimento relativo (ver webpage da OMC).

Já em 1996, atualizou-se na pauta da OMC o tema dos “investimentos comerciais”, como modelo de aculturação. Milhares de acordos bilaterais e normas específicas regionais passaram a regulamentar os investimentos transnacionais. Mas nem sempre foram conseguidos consensos e estenderam-se as discussões sobre os conflitos de interesse entre a França e os EUA relativamente à produção musical e cinematográfica até a ronda de Doha. O comércio de serviços tornou-se também um importante mercado no fluxo global, acrescentando uma nova pauta de discussões no ano 2000 na OMC.

Já em 2001, ampliou-se a organização com a adesão da China e de vários países da Europa de leste, como a Rússia. Em janeiro de 2002, a OMC era composta por 144 países-membros.

Atualmente, os EUA são o principal parceiro da UE no que diz respeito às exportações, liderando a taxa de exportação com 16,6% em 2013, sendo o principal produto exportado as maquinarias e equipamentos de transporte (Eurostat, 2016).

O principal atrativo da União Europeia, do Japão e dos EUA é o mercado das telecomunicações, energia, ambiente, setor financeiro, saneamento, ambiente e serviços profissionais, tais como a consultoria jurídica. O direito da propriedade intelectual, o *copyright* e o direito de propriedade industrial – logomarcas, patentes e segredos industriais –, foi desde a fundação um dos objetivos a defender.

Em suma, essa vinculação dos membros signatários do acordo da OMC às políticas preventivas ambientais e comerciais podem-se constituir obstáculos ao comércio, ou por outro lado, são ameaças ao meio ambiente motivadas por condutas hostis chanceladas pela OMC.

## 2. Portugal e a Globalização Económica

O próprio nome de globalização indica uma mudança que afeta o sistema de forma global. O caso de Portugal não foi diferente. Ao integrar-se numa União de países que pretendem cooperar entre si, revelou a existência de uma grande influência económica das grandes empresas no cerne do Estado.

Para uma análise mais cuidada sobre o papel de Portugal no sentido da globalização económica será analisada a evolução da relação de algumas multinacionais com o Estado Português. Assim, selecionamos, a Coca-Cola, a AREVA, a McDonald's, a Samsung, a LG e a Google<sup>8</sup> para demonstrar a implicação das suas ações na interferência da política económica de diferentes nações mundiais e os perigos securitários que Portugal poderá enfrentar no seu processo de globalização económica.

A OMC está organizada segundo princípios que caracterizam no seu comportamento geral. Tais princípios fazem parte de um complexo sistema legal que cobre todas as atividades da organização, como afirma, mas que podem ser totalizadas em 6 pontos<sup>9</sup> exigíveis aos 164 países-membros, a saber:

<sup>8</sup> Estas foram algumas das multinacionais com grande influência em termos económicos e sociais apresentados no documentário da SIC Notícias “Toda Verdade”.

<sup>9</sup> A OMC apresenta, em seis pontos principais, quais são os princípios básicos que devem ser seguidos nas relações comerciais. A OMC conta com uma extensa rede de acordos e tratados, que auxiliam na negocia-

- 1) “Não-discriminação”;
- 2) “Maior abertura”;
- 3) “Previsibilidade e Transparência”<sup>10</sup>;
- 4) “Maior Competitividade”;
- 5) “Maior benefício para países menos desenvolvidos”;
- 6) “Proteção do meio ambiente”.

### 2.1 Os Méritos dos Princípios da OMC e as Suas Contradições

A OMC surge com o intuito de regular o livre comércio entre os países e poder proporcionar uma competição justa e de igual forma para todos os países inseridos neste sistema. A partir de um conjunto de regras e normas que devem ser seguidas, os países competem, entretanto, muito das vezes essa competição não é justa, nem leal para os países mais fracos.

Para entendermos melhor esse cenário, é possível perceber com a teoria do sistema-mundo, de Wallerstein (2004, pp. 23-24), que considera os países divididos em três partes, os países centrais, que detém grande capacidade de produzir tecnologia e detentora da tecnologia da informação, como é o caso da Europa e América do Norte, os países semiperiféricos, que são aqueles com alguma fase de desenvolvimento industrial, como é o caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e por fim, temos os países periféricos, que são considerados com bases fortes na agropecuária e baixo grau de desenvolvimento tecnológico, como é o caso de alguns países da África, América Central e Médio Oriente.

Com isso em vista, podemos passar para a análise de alguns pontos e princípios que a OMC defende, todavia não consegue efetivar seu cumprimento e tentar entender como uma instituição que pretende tornar o comércio mais equilibrado cria ao mesmo tempo algumas regras que podem ser contornadas a fim de favorecer as grades potências e grandes empresas internacionais, pondo em risco a segurança e defesa de alguns Estados mais fragilizados e menores economicamente.

### 2.2. A Escassez de Recursos e a Segurança Nacional

A competitividade, em consequência de uma maior abertura do mercado, provoca igualmente riscos na proteção ambiental. Assim, a OMC decretou um conjunto de (...) medidas para proteger não só o ambiente, mas também a saúde pública, saúde animal e

ção internacional. Para efeito de tornar mais simples a sua compreensão, a própria OMC, em seus documentos oficiais divulga esta nota que contém uma síntese do que se propõe. Esses princípios devem ser seguidos, impreterivelmente, por todos os países membros da OMC.

10 *Amstability* é um conceito utilizado em Ciência Política para designar a responsabilidade que os governantes têm perante sua população em dar um *feedback*. O conceito de Guillermo O'Donnell, em seu artigo *Delegating Democracy*, utiliza o termo *amstability* com duas vertentes, que chamou de vertical e horizontal. Na vertente vertical de *amstability*, o autor considera os mecanismos institucionais que possibilitam aos cidadãos e à sociedade civil exigir a prestação de contas pelos agentes públicos, com eleições livres e justas. Na vertente horizontal, consiste em criar mecanismos que visem monitorar ou impor sanções criminais, com poderes e capacidades legais e de facto. É como se fosse uma autovigilância do poder.

saúde vegetal.” (n.d). Ora, a abertura de fronteiras permite não só um comércio aberto, mas igualmente a deslocalização de empresas, que desta forma se instalam em países onde as condições económicas são propícias a investimentos lucrativos, mas que podem ter riscos significativos para a segurança nacional.

Segundo José Mendes Dias (2016, pp. 219-225), a escassez de recursos facilita a adesão a organizações terroristas, como o Boko Haram, que produziram milhares de migrantes e refugiados nigerianos que seguiram para “os países vizinhos como o Níger, os Camarões ou ainda o Chade” (Dias, 2016, p. 224). Tal situação coloca pressão sobre o espaço e recursos naturais que incluem a água. Hassan (2015, *opud* Dias 2016, p. 34) afirma que “se não forem tomadas medidas, a competição pela terra e outros recursos naturais poderá originar conflitos” e, para o autor, os mais críticos são em particular os recursos hídricos.

Neste contexto, a saúde pública, animal e vegetal pode ser posta em causa por empresas como a Coca-Cola, que destroem recursos de extremo valor, como é o caso da água na Índia que necessita desses recursos para a alimentação e subsistência económica das comunidades locais, tal como é relatado no programa “Toda a Verdade” da SIC Notícias. Na reportagem *Índia Sempre Coca-Cola*, é possível observar como a multinacional Coca-Cola, detentora de cerca de 80 fábricas, à altura da reportagem na Índia, foi responsável pela poluição de cursos de água em regiões vítimas de escassez desse bem. Um dos casos referido no programa dizia respeito ao Estado do Rajastão no deserto indiano que atravessava uma seca, agravada pela poluição causada por pesticidas tóxicos. Nesta e outras regiões da Índia a gratuidade da água, mesmo sendo escassa como nos elucidam os investigadores, permitia que a empresa gerasse lucros astronómicos, gastasse 500 mil milhões de litros de água e derramasse as águas residuais nas colheitas dos agricultores prejudicando-os quer na escassez da água potável quer na redução da produção agrícola de arroz, tendo esta sido reduzida em 40% prejudicando, assim, duplamente os agricultores locais.

A água poderá vir a tornar-se uma das razões essenciais para uma possível ameaça de guerra ou de conflitos interestatais como é referido por Brzezinski (2014, pp. 145-146, *opud* Dias, 2016, p. 225) “O risco de conflitos relacionados com a falta de água tenderá a intensificar-se à medida que o crescimento económico e o aumento da procura de água nos países emergentes como a Turquia e a Índia colidirem com a instabilidade e a escassez de água em países rivais como o Iraque e o Paquistão”

É possível assim observar o modo como os interesses empresariais do lucro, quando colocados à frente dos interesses do Estado, podem provocar, possíveis conflitos militares entre territórios pela indevida exploração de um recurso tão escasso e necessário como é a água, tal como a quantidade infinita de outros problemas que se poderão ligar ao esgotamento de tal recurso. É por isso uma questão que afeta não só a defesa nacional do Estado indiano como é o caso da reportagem, mas todo o panorama da segurança internacional na ótica da globalização.

### 2.3. A Interferência Transnacional em Setores Estratégicos

A exploração de recursos naturais por empresas transnacionais não diz respeito somente a recursos hídricos. O documentário “Toda a Verdade” na SIC Notícias em África Atômica (2015) retrata a promessa por parte dos governos, nomeadamente no Uganda e Tanzânia de que fornecerão energia elétrica a partir recursos minerais atômicos, através da exploração de urânio por empresas transnacionais oriundas de países ocidentais.

O documentário *África Atômica* (2015) revela um sonho: a possibilidade de energia atômica barata em países africanos com potencial de desenvolvimento e com imensas possibilidades, mas isso é impossibilitado pelo radicalismo e terrorismo extremista em algumas dessas nações que coloca as populações locais em risco. No documentário, é possível ver o caso do Uganda, um país com potencialidade para crescimento e com uma população jovem e instruída, que busca melhorar as condições energéticas a fim de desenvolver os seus negócios, mas que uma estrutura energética fraca e cara não suporta, atrasando desse modo o seu desenvolvimento.

Essa busca por melhores condições energéticas leva países como o Uganda e a Tanzânia, entre outros, a procurar soluções que os países ocidentais lhes proporcionam por estarem num processo de desenvolvimento mais avançado, mas esse recurso acaba por criar uma total dependência tecnológica favorecendo a exploração destes países pelo ocidentais desejosos de criar fontes de lucro.

A Tanzânia, rica em recursos minerais energéticos, procura auxílio junto de países europeus na exploração da energia atômica. O plano é tornar-se autossuficiente neste tipo de energia, bem como tornar-se um fornecedor, ainda que isso implique a destruição de parques naturais e zonas agrícolas, colocando em risco recursos como o trigo e o arroz, indispensáveis à sobrevivência dos habitantes. O país assim fortemente dependente da importação de bens alimentares terá uma exploração curta de urânio e uma grande perda económica. O resultado dessas ações será a aniquilação ambiental pondo em causa a saúde humana, impulsionando as migrações por um sonho nuclear efêmero.

Para Teresa Ferreira Rodrigues (2016, pp. 259-262), as migrações para países como os europeus, são “mostras de preocupação com as implicações de segurança decorrentes do generalizado envelhecimento das estruturas etárias e do aumento da percentagem de população residente não europeia. Simultaneamente, as Nações Unidas têm tentado combater as causas das migrações forçadas pela escassez alimentar e a pobreza, que parecem aumentar as probabilidades de conflito. Assim, as assimetrias de crescimento populacional e a globalização do envelhecimento e das migrações constituem três pontos de incerteza fundamental no *livro* demografia e segurança. Todos decorrem do processo de evolução da transição demográfica e são eles os três fatores de contexto em termos do sistema de segurança global” (Rodrigues, 2016, p. 259). Existe assim, uma visão de que a insegurança expressa em conflitos entre Estados advém da “má articulação entre o crescimento demográfico, recursos vitais e desenvolvimento económico” (Rodrigues, 2016, p. 261).

No entanto, tal assunto não se esgota nas migrações causadas pelas circunstâncias, outros riscos são visíveis no documentário, tais como o caso da República Democrática do Congo, que é apresentado como um país enfraquecido e assolado pela guerra, com diversos grupos armados e exércitos oficiais, responsáveis pela morte de milhões de pessoas, aliando a sua ambição de crescimento à instabilidade política. Apesar dos diversos problemas, é conhecido o interesse de grandes multinacionais como a estatal francesa AREVA na exploração de depósitos de urânio e no investimento em novas centrais, envolvendo empresários como George Forrest, do Groupe Int. Forrest.

O Níger, um dos países mais ricos do mundo em recursos naturais, é ao mesmo tempo um dos países mais pobres a nível económico. A riqueza em urânio atrai empresas transnacionais, como é o caso da AREVA, que pretende explorar a região comprometendo-se a melhorar o nível socioeconómico da população nigeriana. Contudo, como a reportagem apresenta, o nível de vida, em que se inclui o bem-estar ambiental e qualidade de saúde da população nigeriana, vem-se degradando ano após ano com os resíduos radioativos deixados pela empresa. Segundo Weiner e Russell, é visível a forma “como condições ambientais, tendências demográficas, doença, tecnologia e globalização económica criam soluções, mas também problemas, para (a guerra) e paz, a soberania, o desenvolvimento” (Rodrigues e Xavier, 2013, p. 60).

A exploração de urânio põe em causa a saúde populacional, as zonas ambientais, e a somar a isto a segurança nacional e internacional, pois existem 45 milhões de toneladas em Somair e Cominak, que, devido à falta de regulação, aparecem visíveis e a céu aberto, sendo deste modo, um risco enorme para a segurança internacional, podendo este material radioativo ser utilizado em ataques pelos grupos terroristas presentes nos locais, não só contra as populações locais, mas também, contra os países ocidentais como já foi visto em grupos terroristas ligados à Al-Qaeda.

#### 2.4. A Competição e a Abertura Empresarial e os Conflitos entre Estados

A competição e a abertura económica defendidas pela teoria neoliberal demonstram que a interferência de empresas multinacionais em setores estratégicos, como é o caso da energia, em Estados soberanos ultrapassa a esfera privada, podendo afetar a esfera pública e gerar conflitos a partir do momento que uma empresa pede auxílio estatal ao país de origem, a fim de conquistar benefícios. As mesmas multinacionais podem, inclusive, quanto à soberania de um Estado, ser “source of both conflict and cooperation in international affairs. “Conflict is likely when multinationals seek home country support against host country restrictions and expropriations, or when the home country uses the multinational as foreign policy instrument, either intentionally or unintentionally” (States, Office e Wright, 1979, p. ii).

São exemplo de conflitualidade a proibição da comercialização da Coca-Cola em Portugal antes da revolução do 25 de Abril, durante o Estado Novo – pese embora neste caso não ter havido qualquer tipo de sanção económica – e a mesma proibição das lojas McDonald’s na Rússia mais recentemente após a anexação da Crimeia, levando este último caso sim, a sanções económicas por parte a União Europeia.

A partir de um documento do General Accounting Office<sup>11</sup> dos EUA é possível ver que existem preocupações que colocam as empresas e governos na mesa das negociações, abordando questões com implicações internacionais, como os Direitos Laborais e os Direitos Humanos. “The diversity of issues affected by the overseas operations of U.S.- based multinationals means that the Congress will always be considering related actions. Recent proposed and anticipated legislation affecting multinationals includes: a proposal to revise the Fair Labor Standards Act to restrict importing goods not produced under acceptable labor standards, legislation on taxing overseas investment, and trade restrictions on countries that violate human rights. All are likely to affect U.S. foreign relations through multinationals operations. Often, a negative foreign relations impact of such legislation would be outweighed by other factors. But recognition that these impacts do exist, when multinationals are involved, improves the chances for effective and realistic policies” (States, Office e Wright, 1979, pp. i-ii). O mesmo documento revela que podem surgir entre nações a partir de determinadas ações levadas a cabo por multinacionais contra os princípios não só da OMC, mas inclusive do próprio Estado, como é referido no documento do General Accounting Office “Conflict is inherent in some multinationals operations, however, simply because of their perceived threat to national sovereignty and to the host nation’s ability to control its own economy and development” (States, Office e Wright, 1979, p. ii).

Quando um Estado é sancionado, isso pode levar a uma deterioração nas relações entre Estados. Um Estado pode sancionar multinacionais e isso gerar conflitos com o Estado que estas representam como referido no início. As próprias multinacionais, por seu lado, poderão, existindo a possibilidade, utilizar em seu favor o aparelho militar de Estado como defesa dos seus interesses económicos. Assim, os instrumentos económicos são fatores de conflito como defendem C. Richard Neu e Charles Wolf Jr., que visualizam o poder no Estado na ótica da posse de um diverso número de empresas que são a razão da sua riqueza económica e por isso: “elements of national security policy, economic instruments can influence the behavior of other countries by conferring economic benefits or imposing economic costs, or by displaying a credible capacity to do so. Foreign economic as well as military aid, technical assistance, and most-favored nation status can be used to confer such benefits (...) When economic instruments are used as adjuncts of security policy, they can be compared to military instruments” (Neu e Wolf Jr., 1994, pp. 74-75).

A importância que as empresas representam para o Estado a nível militar, técnico e de *status*, tal como se pode ver em C. Neu e Charles Wolf Jr. é a razão pela qual tais Estados investem em indústrias específicas, como os autores igualmente defendem. Na atualidade, tais indústrias estão ligadas ao mundo dos gigantes tecnológicos, que representam a capacidade de desenvolvimento e inovação de uma nação a nível global,

11 BY THE COMPTROLLER GENERAL REPORT TO THE CONGRESS OF THE UNITED STATES, General Accounting Office of the United States, DIGEST – I-II and MULTINATIONALS AND SOVEREIGNTY – II.

competindo por vezes no mercado, utilizando métodos de espionagem pouco ortodoxos para ultrapassar os seus adversários, como se tratasse da dominação espacial travada entre a URSS e os EUA durante a Guerra Fria. A Samsung ou a LG são alguns dos exemplos dessas táticas. Aliás, Winn Schwartau<sup>12</sup> em relação ao tema da espionagem industrial; começa mesmo por dizer *we are at war* (Alberts e Papp, 2000, p. 339). O autor diz ainda que “the world is filled with countries and economic interests that are no longer siding with either of the two erstwhile superpowers. The Haves want to keep their piece of the pie and expand it; the Have Nots want a piece of the pie they never had. And everyone is fending for himself and his future survival in the evolving global economy” (Alberts e Papp, 2000, p. 339). O autor refere-se neste ponto à espionagem industrial que não se faz somente na área das tecnologias, mas que acaba por ser um dos mais afetados devido à sua importância crescente. Nestes casos, anos de investigação e bilhões gastos numa nova invenção ou produto podem ser perdidos com o seu roubo, sendo, assim, esse mesmo produto produzido por outra empresa sem enfrentar os custos e tempo inicial. E, quando estas situações envolvem nações com relações diplomáticas bilaterais ou multilaterais, tal clima pode deflagrar em situações diversas e com consequências inimagináveis e negativas. Ainda mais, num mundo de dados partilhados onde empresas possuem informações pessoais de diversos clientes, de diversas nações, (que essas) e essas empresas vendem pela maior licitação, colocando as identidades dos clientes em risco de roubo por *hackers* ou por outros Estados com intenções malignas.

A *Forbes* retrata o assunto da *Internet of Things* (IoT) em que fala num mundo conectado em rede entre pessoas e objetos no qual todos se interconectam numa partilha de informações. Um mundo onde todos os nossos dados pessoais e rotinas serão enviados para empresas, ou outros indivíduos. A própria *Forbes* imagina alguns dos problemas eminentes de tal tecnologia, em que as informações de um indivíduo podem ser roubadas através de *gadgets* se tal como as de um indivíduo, também as de toda uma nação que integrará essa conectividade. Estes novos perigos para a segurança de um novo mundo mais tecnológico apenas capacitam empresas como a Google com maior poder económico, (tal como) a um maior controlo sob a humanidade, conhecendo os seus desejos e necessidades mais imediatas e controlando a disponibilidade de produtos e aumentando o número de vendas.

Frente tal situação, é possível aferir as consequências péssimas para a segurança portuguesa da sua entrada neste espírito de globalização, em que entrega cada vez mais o seu destino nas mãos de empresas e empreendedores de honestidade duvidosa e retirando o poder aos seus governantes e ao seu povo.

---

12 Class 2 Corporate Information Warfare by Winn Schwartau in Information Age Anthology Vol II: National Security Implications of the Information Age, pp. 339-340.

### 3. OMC e Portugal

#### 3.1. A Defesa Nacional

O que conhecemos hoje por OMC foi uma das medidas de integração económica e regulamentação do comércio mundial. Tendo isto em vista, passaremos a discurrir sobre a integração de Portugal na OMC, bem como na União Europeia, para assim podermos entender de que forma Portugal se situa nesta nova ordem internacional e como isso alterou as suas relações internacionais.

Não há muito tempo atrás, a defesa de um Estado soberano fundamentava-se basicamente no seu aparato militar. Com a globalização e todas as suas consequências, esse paradigma mudou, transformando as relações internacionais. As componentes não-militares vêm tomando proporções cada vez maiores no que diz respeito à questão da defesa e segurança.

Com a bipolarização do mundo durante a Guerra Fria, as potências mundiais disputam o poder no campo militar e no campo político, e como consequência isso refletia-se no campo económico. A economia surgia como um coadjuvante no incentivo de novas armas bélicas, pois era um fator determinante no desenvolvimento desse aparato. Hoje, com a internacionalização e integração, a influência da economia chega a superar o fator político e militar.

Esta nova ordem internacional assume uma integração económica global em que os Estados devem repensar as suas defesas. O caso de Portugal não é diferente. Por estar integrado numa União Europeia, está sujeito a sofrer destes riscos e ameaças que aqui serão discutidos, e por este motivo deve repensar a sua defesa.

Segundo o *Dicionário das Relações Internacionais* (Sousa, 2005), a definição de “Defesa”, entre várias questões, é “(...) o que constitui defesa adequada em qualquer circunstância é alvo de interpretações subjetivas, dependendo de cálculos sobre o poder e intenções potenciais de um adversário, e da capacidade e força próprias, que inclui não apenas forças armadas e armamento, mas também força económica e moral civil”. Dessa forma, as preocupações relacionadas com a defesa não consistem somente na defesa bélica. Outras componentes são de igual importância.

A nova fase da globalização em que entramos no pós-Guerra Fria é constantemente criticada por fomentar as desigualdades e a perpetuação das mesmas. A hegemonia da economia de alguns Estados, feita através da aculturação e incentivo ao consumo, ocasiona muitas vezes o enfraquecimento dos Estados face à própria economia, e consequentemente, a transferência do controlo estatal para o controlo de empresas privadas estrangeiras, o que ocasiona uma ameaça transnacional. Segundo considera Milton Santos<sup>13</sup>, este período é uma globalização perversa, ele mesmo afirma que “um mercado

13 Em seus últimos livros, Milton Santos tratou da globalização. Ele abordou seus aspectos económicos, analisando o papel das empresas na internacionalização do capital, mas também os fluxos financeiros e suas implicações na cultura local. O geógrafo brasileiro teorizou e criticou sobre estes aspectos do mundo contemporâneo, propondo, ao final de sua vida, uma globalização solidária, baseada em outros valores que a da hegemónica. Ver *Globalização e Geografia em Milton Santos*, de Wagner Costa Ribeiro, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa” (Santos, 2000, p. 12)<sup>14</sup>.

A ideia de “globalização perversa” vem da obra de Milton Santos, “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, e nele o autor discorre sobre como a globalização pode ser fantasiosa, e assumir uma ideia de desenvolvimento igualitário entre todas as regiões do mundo, resultando na redução das desigualdades, fim das ideologias e, por fim, o desaparecimento do Estado. A globalização como perversidade consiste no medo que acomete as populações. O medo da fome, da violência, do desemprego, ou seja, os medos que a competição neste mundo capitalista interligado gera. E por fim, a globalização como possibilidade, diz respeito à miscigenação dos recursos e da cultura. Através do conhecimento, seria possível criar uma comunidade de cooperação global, que caminharia para o desenvolvimento possível e concreto, sem um prejudicar o outro.

Em virtude deste novo quadro de integração, que ainda é recente, o conceito de defesa sofreu algumas alterações. Num sentido muito estreito, resumia-se apenas na essência militar. Ou seja, um Estado que valorizasse sua segurança e defesa estava muito bem preparado em termos militares, dando uma importância menor ao fator de defesa econômica. Hoje, numa amplitude de sentidos, a defesa nacional deve ser encarada com diversas vertentes, sendo uma delas, nesse quadro das relações internacionais, o do fator econômico. Como é possível observar em *Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa* (EuroDefense, 1999), “Este processo de globalização econômica deveria ser acompanhado por mecanismos de ordem política para lhe regular os efeitos e para proteger os interesses das indústrias europeias, mas o que assistimos no campo político foi a perda pelos europeus de uma enorme oportunidade de intervir”.

A integração de Portugal na UE, bem como na OMC, representou uma perda de soberania dos Estados-membros e crescente perda de controle das suas economias, pois estes transferem parte da sua soberania para instituições supranacionais que fazem o papel que os Estados antes desempenhavam no controle das suas próprias economias. Essa conjuntura de fatores e integrações econômicas, sistemas globais, fazem o cenário perfeito para o que pode ser chamado de guerra econômica, pois não é possível ter uma defesa bem preparada, com uma economia fraca. As palavras de Durão Barroso<sup>15</sup> ilustram muito bem como se deu a entrada e os receios de Portugal quanto à entrada no bloco europeu:

14 A aldeia global homogeneizaria o planeta, quando ocorre o inverso, com desigualdades se acentuando, haveria a morte do Estado, quando na verdade ele está fortalecido ao serviço dos interesses de grupos hegemônicos, o fim da ideologia, quando na verdade esse conceito faz parte de uma ideologia de globalização perversa. Ver Gomes (2011).

15 É um político e professor português, ex-Presidente da Comissão Europeia (2004-2014). Em Portugal, foi subsecretário do Ministério dos Assuntos Internos, em 1985, e ministro dos Negócios Estrangeiros em 1992. Entre 2002 e 2004, ocupou o cargo de Primeiro-ministro da República Portuguesa. A 23 de novembro de 2004, Durão Barroso assumiu as funções de Presidente da Comissão Europeia, tendo sido reconduzido no cargo em novembro de 2009, após ter sido reeleito pelo Parlamento Europeu a 16 de setembro.

“No que diz respeito à decisão económica preocupa-me a pouca representação que temos os mecanismos do Banco Central Europeu e, no que respeita à questão militar, a necessidade de participar e de reforçar a nossa participação nas missões internacionais, nas missões de paz e de uma forma geral assegurar a indispensável credibilidade das forças armadas portuguesas também no plano internacional” (EuroDefense, 1999, p. 23).

Portanto, é muito mais fácil hoje destruir um Estado por meio das vias económicas do que por meio das vias bélicas. É por essa razão que os Estados, atualmente, vêm dando uma maior importância aos vetores não-militares, como é, por exemplo, o caso da França que considera as três componentes da defesa nacional: a defesa militar, a defesa económica e a defesa civil.

Para poder criar uma linha de pensamento de defesa nacional concisa e coerente, o governo português define quais são os *Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional* (CEDN)<sup>16</sup>. É um manual que serve para definir as políticas estratégicas de algumas questões que dizem respeito às ameaças, e algumas das estratégias de segurança. (para se defender delas.) Ao analisar o documento conseguimos mencionar alguns dos resultados a que chegaram com este relatório. O terrorismo transnacional, a criminalidade transnacional organizada, o ciberterrorismo e a cibercriminalidade, bem como a disputa por recursos naturais escassos e desastres naturais e mudanças climáticas são algumas das ameaças.

Esse novo poder que surge, ou seja, a influência do poder económico no seio dos Estados, mas que são controlados por empresas privadas, representam uma ameaça real, pois com os mercados abertos, e livre circulação de capital, essa nova forma de organização da economia não conhece fronteiras. Essa imposição do poder económico sobre o poder Estatal influencia diretamente no poder político. Consequentemente, as hegemonias internacionais e transcendentais aos Estados criam uma subjugação ao capital que funciona como força motriz do poder político. Diversos são os casos de empresas transnacionais que se instalam num determinado país e acabam por controlá-los num determinado setor da economia. Isso significa que, talvez uma das maiores ameaças que a guerra económica representa para um Estado é a sobreposição às pequenas e médias empresas nacionais pelas enormes transnacionais, dada a competição, quase sempre desleal, por parte das transnacionais. Como é possível observar no *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, de 2013, confirma “(j) a pressão, sem precedentes, dos mercados financeiros revelou as fragilidades decorrentes de uma arquitetura incompleta da União Económica e Monetária” (Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2013, p. 8).

Ainda outro tipo de ameaças que os Estados sofrem, é a segurança dos sistemas de informações que servem como principal suporte para o funcionamento das atividades

16 O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, publicado em *Diário da República* de 5 de abril de 2013, é o resultado de um amplo debate que “travou os mais diversos sectores da sociedade civil, conseguindo-se assim uma discussão a um tempo participada e aprofundada da política de defesa nacional”. O CEDN é, assim, caracterizado por “uma visão de conjunto da estratégia nacional, incluindo uma abordagem conceptual sobre os fundamentos que a enquadram e lhe dão coerência: o poder e a vontade; a mobilização de recursos materiais e imateriais”. Ver Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013.

vitais de um país, como exemplo, da economia e das finanças, levando a que o Estado invista cada vez mais na sua segurança cibernética. Num mundo cada vez mais interligado virtualmente, os Estados devem estar preparados contra um ataque virtual que possa vir a destruir a sua moeda, economia e finanças. “Se não bastassem as preocupações existentes com espionagem comercial, fraudes, erros e acidentes, agora as empresas também precisam de se preocupar com os *hackers*, invasões, vírus e outras ameaças que penetram através desta nova porta de acesso” (Espírito Santo, 2010, p. 3)<sup>17</sup>.

Num ponto de vista diferente da “segurança económica existem duas componentes dessas políticas de segurança: a primeira está direcionada em achar mecanismos militares que podem ser usados para gerar recursos económicos. A segunda é alusiva aos instrumentos económicos que podem ser usados para reforçar, ou mesmo aumentar a capacidade do poder militar (Neu e Wolf, 1994). Esse tipo de pensamento é muito utilizado em países que se fundamentam no *hard power*, como é o caso dos EUA.

Portanto, devemos perceber que há uma nova forma do modo como o mundo se move. O capital, nesta nova fase de conflitos, dita as regras e os Estados parecem segui-las. As empresas que até então não pareciam ter grande importância nos cenários políticos, agora assumem as rédeas, pela razão óbvia de serem os detentores do capital. O papel dos Estados consiste em preparar-se para este panorama e criar uma linha de Defesa Nacional, como já observamos em alguns dos estados, como é o caso do Instituto da Defesa Nacional (IDN) e do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Entretanto o inimigo está muito mais longe do campo de batalha e das armas, é muito mais sutil, não conhece fronteiras e está, em grande parte, no campo virtual. Agora, exatamente por esse motivo, é talvez muito mais perigoso.

### Considerações Finais

“A era da cavalaria chegou ao fim; sucedeu-lhe a dos sofistas,  
economistas e contabilistas.”

Edmund Burke

Da doutrina que a economia política nos deixou, uma conclusão clara. Não há defesa estratégica nacional sem defesa económica estratégica. Não existe defesa forte sem, de igual modo, não se tiver uma economia forte. A primeira depende forçosamente da segunda premissa, ao passo que a segunda decorre da primeira.

Assim sendo, podemos inferir que a questão basilar da defesa nacional se funda na economia. A alienação desta, terá conseqüentemente o seu prejuízo, pondo em causa os alicerces da sua defesa, conduzindo à sua degradação. Compreendemos a OMC como um avanço institucional do GATT, tendo como finalidade a regulamentação do comércio internacional. Contudo, pouco avançou no que concerne à diminuição das desigualdades entre os países ricos e pobres. Considerando a heterogeneidade do mercado global, a

<sup>17</sup> Esse tipo de pensamento é muito utilizado em países que se fundamentam no *hard power*, como é o caso dos EUA.

ampliação e atribuições de poderes que a Organização Mundial do Comércio representa no sistema capitalista reflete-se na necessidade dos Estados repensarem o seu papel no campo das relações internacionais do comércio e contribuírem para a regulamentação das economias no mundo cada vez mais complexo e globalizado.

## Referências

- Alberts, D. S. e Papp, D. S., 2000. Information Age Anthology Vol II: National Security Implications of the Information, *CCRP publication series* [online]. Disponível em [http://www.dodocorp.org/files/Alberts\\_Anthology\\_II.pdf](http://www.dodocorp.org/files/Alberts_Anthology_II.pdf)
- BY THE COMPTROLLER GENERAL Report to The Congress OF THE UNITED STATES U.S. Foreign Relations and Multinational Corporations: What's the Connection? (1978). D.C. 204. WASHINGTON: COMPTROLLER GENERAL OF THE UNITED STATES WASHINGTON. Disponível em <http://www.gao.gov/assets/130/123830.pdf> [Acedido em 10 de fevereiro de 2017].
- Celc, 2017. Os investimentos chineses em Portugal | Câmara de Comércio e Indústria Luso Chinesa. Disponível em <http://www.celc.pt/pt/os-investimentos-chineses-em-portugal> [Acedido em 5 de fevereiro de 2017].
- Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, 2013. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional e Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Dias, J., 2016. "Disputas por Recursos Naturais Escassos". In: T. Rodrigues *et al.*, eds., *Ameaças e Riscos transnacionais no Novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos.
- Ec.europa.eu. (2016). *International trade in goods – Statistics Explained*. [online] Disponível em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International\\_trade\\_in\\_goods](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International_trade_in_goods) [Acedido em 11 de janeiro de 2017].
- Espírito Santo, A. 2010. *Segurança da Informação*. Cuiabá: Instituto Cuiabano de Educação.
- EuroDefense, 2010. *Conferência: o novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal*, Síntese EuroDefense 17, junho. Lisboa: Centro de Estudos EuroDefesa-Portugal. Disponível em [http://eurodefesa.pt/sinteses/Sintese\\_17-Novo\\_quadro\\_SegDefEur.pdf](http://eurodefesa.pt/sinteses/Sintese_17-Novo_quadro_SegDefEur.pdf) [Acedido em 6 de janeiro de 2017].
- EuroDefense, 2006. *A Economia de Defesa – Sua integração no planeamento estratégico*. Síntese EuroDefesa 9. Lisboa: Centro de Estudos EuroDefesa-Portugal. Disponível em [http://eurodefesa.pt/sinteses/Sintese\\_9-Economia\\_Defesa.pdf](http://eurodefesa.pt/sinteses/Sintese_9-Economia_Defesa.pdf) [Acedido em 6 de janeiro de 2017].
- EuroDefense, 1999. *Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa*. Caderno 1, junho. Lisboa: Centro de Estudos EuroDefesa-Portugal. [online] Disponível em [http://eurodefesa.pt/cadernos/Caderno\\_1-Portugal\\_e\\_a\\_IESD.pdf](http://eurodefesa.pt/cadernos/Caderno_1-Portugal_e_a_IESD.pdf) [Acedido em 5 de janeiro de 2017].
- Eurostat, 2016. *Comércio Internacional de Mercadorias*. Eurostat, março de 2016. Disponível em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International\\_trade\\_in\\_goods/pt#Mais\\_informa.C3.A7.C3.B5es\\_do\\_Eurostat](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International_trade_in_goods/pt#Mais_informa.C3.A7.C3.B5es_do_Eurostat)
- Gomes, E. T. A., 2011. Em defesa de outro mundo possível. *Carta Capital*, 5 de maio. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/em-defesa-de-outro-mundo-possivel> [Acedido em 22 de fevereiro de 2017].

- Howse, R. e Donald, R., 2000. The product/process distinction – an illusory basis for disciplining ‘unilateralism’ in trade policy. *European Journal of International Law. European Journal of International Law* [Acedido em 28 de janeiro de 2017].
- Jackson, J., 2007. *The jurisprudence of GATT and the WTO*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackson, J., 1997. *The world trading system*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Morgan, J., 2014. *Forbes.com*. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/jacobmorgan/2014/05/13/simple-explanation-internet-things-that-anyone-can-understand/#324e552e1d09> [Acedido em 15 de janeiro de 2017].
- Neu, C., R. e Wolf, C., 1994. *The Economic Dimensions of National Security*. Santa Monica: RAND Corporation, MR-466-OSD. Disponível em [http://www.rand.org/pubs/monograph\\_reports/MR466.html](http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR466.html).
- O’Donell, G., 1994. Delegative Democracy. *Journal of Democracy*, 5(1), pp. 55-69.
- Olivares, G., 2001. Developing Countries and the World Trade Organization. *Journal of World Trade*. Disponível em <http://www.kluwerlawonline.com/abstract.php?area=journals&id=352552> [Acedido em 11 de janeiro de 2016].
- Porges, A.; Weiss, F. e Mavroidis, P., 1995. *Guide des règles et pratiques du GATT*. Genève: L’Organisation.
- Rodrigues, T., 2016. “Choques Demográfico”. In: T. Rodrigues *et al.*, eds., *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 259-262.
- Rodrigues, T. e Xavier, A., 2013. Reconciliar a Segurança e a Defesa Nacional: o Futuro e a Importância do Fator Demográfico. *Revista de Ciências Militares*, Vol. 1. Disponível em [http://www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/Revista\\_1\\_Artigo\\_2.pdf](http://www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/Revista_1_Artigo_2.pdf) [Acedido em 10 abril de 2017].
- Rodrigues, T., *et al.* 2016. *Ameaças e Riscos transnacionais no Novo Mundo Global*. Lisboa: Fronteira do Caos.
- Sousa, F., 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tedeschi da Cunha, A., 2011. *Baci Guanxi: Perspectivas da Parceria Estratégica Brasil-China no Âmbito da Cooperação Sul-Sul no Início do Século XXI*. Título de Bacharelado em Relações Internacionais. Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP.
- Toda a Verdade – África Atômica, 2015. [vídeo] *Sic Notícias*: Fátima Pereira, Alberto Ramos, Spel.
- Toda a Verdade – Índia sempre Coca-Cola, 2006. [vídeo] *SIC Notícias*: Inge Altemeier, Reinhard Horning, Filmproduktion Rodrigo Pratas, Spel.
- Veríssimo, H., 2005. *Economia e defesa: a defesa económica como componente da defesa nacional*. Instituto da Defesa Nacional. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/1240> [Acedido em 1 de fevereiro de 2017].
- Wallerstein, I., 2004. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press.
- WTO, 2017. World Trade Organization. Disponível em <https://www.wto.org/> [Acedido em 15 de janeiro de 2017].
- WTO, 2017. WTO/GATT documents. Disponível em [https://www.wto.org/english/docs\\_e/gattdocs\\_e.htm](https://www.wto.org/english/docs_e/gattdocs_e.htm) [Acedido em 8 de abril de 2017].